



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

**LUDICIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

João Pessoa - PB
2022

TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

**LUDICIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Universidade Federal da
Paraíba, campus de João Pessoa, sob
orientação da Prof.^a Dra.^a Munique Massaro.

João Pessoa

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L7321 Lima, Tereza Cristina Ferreira de.

Ludicidade e inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental / Tereza Cristina Ferreira de Lima. - João Pessoa, 2022.

75f. : il.

Orientação: Munique Massaro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação especial. 2. Inclusão educacional. 3. Lúdico. 4. Sala de recursos multifuncionais. 5. Atendimento Educacional Especializado. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37 (043.2)

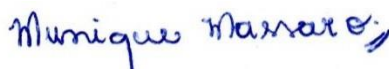
TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

**LUDICIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Universidade Federal da
Paraíba, campus de João Pessoa, sob
orientação da Prof.^a Dra.^a Munique Massaro.

Data de Aprovação: 14 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.a. Dra. Munique Massaro (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.a. Dra. Rayssa Maria Anselmo de Brito
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este trabalho à Deus primeiramente, por ser a minha força e me guiar até aqui e por me fazer descobrir a beleza da educação. Não posso esquecer também da minha mãezinha, Nossa Senhora, que tenho certeza que foi minha maior intercessora nesse processo.

Dedico também ao meu painho e a minha mainha que sempre torceram e apoiaram minhas decisões, além de abrirem mão de si por mim.

À minha vizinha, Dona Biu que não está mas aqui, mas sei que está muito orgulhosa de mim onde quer que ela esteja. Sinto muito a sua falta, mas sei que está junto a mim onde quer que eu vá me apoiando como a senhora sempre fez.

À todas as crianças público-alvo da Educação Especial por me despertar a paixão do educar, um olhar sensível e fazer de mim um ser humano melhor.

A vocês todo meu amor!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um ato desafiador e repleto de emoção. Para essa conquista foram muitos desafios a serem superados, muitas noites em claro estudando e chorando pelo medo de não dá conta e ao mesmo tempo tomada pelo desejo de vencer. Sou a primeira da família a se formar e sei o quanto isso é motivo de orgulho para os meus pais, pois eles sempre me apoiaram em meus sonhos e oraram incansavelmente por mim. Não foi fácil chegar até aqui, só Deus sabe das coisas que precisei abrir mão para me dedicar aos estudos e realizar o meu sonho, porém não é só mérito meu, essa conquista, mas de uma série de pessoas que me ajudaram a chegar até aqui e que não poderia deixar de agradecer e citar aqui neste trabalho. Sendo assim, gostaria de agradecer:

À Deus, a quem deposito toda minha fé e sei que sempre esteve comigo me dando força durante esses anos de caminhada e quem me ajudou a tornar este sonho real.

Aos meu pais a quem sempre fizeram tudo por mim, e que apesar de “pouca leitura”, sempre se esforçaram para que eu estudasse e nunca desistisse dos meus sonhos, apesar de todas as dificuldades. Nunca esquecerei das noites em que minha mãe abria mão de seu sono, em detrimento de me ver chegar em casa sã e salva da faculdade. Obrigada mãe por todo amor e cuidado comigo! Obrigado pai e mainha por serem meus maiores exemplos de vida, por serem meus amigos, meus confidentes, meus professores, meus super-heróis, meus guerreiros, meus alicerces, e por serem os melhores pais que eu poderia ter.

À toda a minha família, pelas orações e por todo incentivo. Aos que estão longe ou perto por todas as palavras de carinho e afeto e por sempre torcerem por mim.

Aos meus colegas de turma 2016.2 que tornaram meus dias na universidade mais prazeroso e leve, mesmo em dias exaustivos e difíceis. Em especial, as minhas amigas da turma, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado me incentivando, rindo, chorando, aplaudindo, brincando e tornando cada momento inesquecível. Mais que amigas elas se tornaram irmãs de coração e que sempre terei um profundo e duradouro laço de amizade. Obrigado meninas por todo carinho e por torcerem por mim como sempre.

Agradeço também a todos os meus amigos verdadeiros que a vida me presenteou ao longo dos anos. Não irei citar nomes para não ser injusta com nenhum deles, mas eles sabem do que estou falando. Obrigada por serem verdadeiros amigos meus e por sempre vibrarem com meu sucesso, pelas palavras de incentivo nos momentos de desânimo e por nunca me deixarem desistir. Obrigado pelos abraços, pelas risadas, pelos passeios só para descontrair e por sempre torcerem por mim.

Ao coordenador da Educação Especial do município pesquisado, por permitir desenvolver minha pesquisa nas escolas de maneira autônoma e me receber de forma muito acolhedora, afetuosa e respeitosa. Agradeço também as escolas que me receberam e as participantes da pesquisa por aceitarem o convite e confiarem no meu trabalho.

As professoras da banca por aceitarem o convite de compor a mesa para a minha defesa do Trabalho de Conclusão do Curso.

E claro, não poderia deixar de agradecer a minha orientadora Munique Massaro, que foi fundamental nessa construção, sempre paciente, me incentivando, me dando dicas e palavras de ânimo. Agradeço imensamente por ter aceitado o convite de me orientar e por estar comigo nesse processo tão desafiante e ao mesmo tempo tão singelo e belo. Sou muito grata pelos ensinamentos, sua paciência comigo e por todas as contribuições ao longo do processo. Obrigada Munique Massaro, nunca esquecerei de você!

Meu muito obrigada a todos por fazerem parte dessa tão sonhada conquista!

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com a igualdade.” (Paulo Freire)

RESUMO

A inclusão educacional das pessoas com deficiência vem ocorrendo por meio de um longo processo e diversos documentos e legislações já foram criados para garantir e afirmar esse direito. Além do direito à educação nas escolas em classe comum, as crianças com deficiência têm direito ao apoio do Atendimento Educacional Especializado com professores da área da Educação Especial para dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem. No espaço das Salas de Recursos Multifuncionais, os professores especializados podem trabalhar com jogos e brincadeiras educativas, além de estratégias pedagógicas que se adequem as especificidades de cada aluno para seu desenvolvimento. Este trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia teve por objetivo compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB. Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, realizada a partir de uma pesquisa de campo descritiva, desenvolvida em quatro escolas municipais da cidade de Pedras de Fogo, do estado da Paraíba. Para a coleta dos dados foi feita uma entrevista semiestruturada com quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado, uma de cada escola do município, pela plataforma *Google Meet*. Os áudios das entrevistas foram gravados, ouvidos e transcritos. Os dados foram analisados por meio de análise temática. Os resultados evidenciaram que as professoras do Atendimento Educacional Especializado reconhecem o lúdico como ferramenta essencial nas práticas pedagógicas inclusivas, por promover possibilidades positivas ao aluno com deficiência, potencializando o desenvolvimento de habilidades e o processo interacional. As professoras também destacaram a participação dos alunos nas atividades lúdicas por se sentirem motivados e que por meio do lúdico esses educandos ultrapassam barreiras e adquirem autoconfiança, despertando para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais. Além disso, foi possível verificar que há uma articulação entre as professoras do Atendimento Educacional Especializado e as professoras da sala comum, em que ambas têm um relacionamento colaborativo no desenvolvimento das atividades lúdicas e partilham ideias e experiências em prol de uma prática pedagógica significativa, construtiva e inclusiva para os alunos. Desse modo, esse trabalho discute e promove reflexões acerca dessa importante e necessária ferramenta que é o lúdico nas práticas pedagógicas inclusivas, principalmente para os alunos com deficiência e de forma mais ampla para os educandos público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chaves: Educação Especial; Inclusão; Lúdico; Sala de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

The educational inclusion of people with disabilities has been taking place through a long process and several documents and legislation have already been created to guarantee and affirm this right. In addition to the right to education in regular school classrooms, children with disabilities are entitled to the support of Specialized Educational Assistance with Special Education teachers to support the teaching and learning process. In the space of the Multifunctional Resource Rooms, specialized teachers can work with educational games and plays, in addition to pedagogical strategies that adapt to the specificities of each student for their development. This Final Term Paper in degree in Pedagogy aimed to understand the contributions of ludic in the process of students with disabilities inclusion in the initial grades of elementary school in the view of the Specialized Educational Service teacher at municipal schools in Pedras de Fogo / PB. This research is a qualitative approach, carried out from a descriptive field research, developed in four municipal schools in the city of Pedras de Fogo, in the state of Paraíba. For data collection, a semi-structured interview was carried out with four Specialized Educational Service teachers, one in each municipal school, through *Google Meet* platform. The audios of the interviews were recorded, listened, and transcribed. The data was analyzed through thematic review. The results evidenced that the Specialized Educational Service teachers recognize the ludic as an essential tool in inclusive pedagogical practices, for promoting positive possibilities for students with disabilities, potentiating the skill development and the interaction process. Furthermore, it was possible to verify that there is an articulation between the Specialized Educational Service teachers and the teacher from the regular classrooms, in which both have a collaborative relationship in the development of ludic activities and share ideas and experiences in favor of a meaningful, constructive, and inclusive pedagogical practice for students. Therefore, this work discusses and promotes reflections about this important and necessary tool, which is the ludic in inclusive pedagogical practices, especially for students with disabilities and more broadly for students who are the target audience of Special Education.

Keywords: Special Education; Inclusion; Ludic; Multifunctional Resource Rooms; Specialized Educational Assistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	17
2.1 OBJETIVO GERAL	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	18
3.2 O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	24
4 MATERIAL E MÉTODO	36
4.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	36
4.2 TIPO DA PESQUISA	37
4.3 LOCAL DA PESQUISA	37
4.4 SUJEITOS DA PESQUISA.....	38
4.5 PROCEDIMENTOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	40
4.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
5.1 AS CRIANÇAS ATENDIDAS NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAIS	42
5.2 O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES LÚDICAS NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	44
5.3 A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	46
5.4 A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ATIVIDADES LÚDICAS	48
5.5 RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E OS PROFESSORES DA SALA COMUM.....	51
5.6 ATIVIDADES LÚDICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	54
5.7 LUDICIDADE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES.....	68
APÊNDICE A.....	69

APÊNDICE B.....	72
ANEXO.....	73

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) discorre sobre a ludicidade enquanto ferramenta metodológica no processo de inclusão dos alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Ao adentrar na educação inclusiva, coloca-se em questão a inserção das crianças como agentes centrais da Educação Especial, assim dizendo, crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino, juntamente com os demais estudantes sem deficiência.

Por muito tempo as pessoas com deficiências foram vítimas de todo tipo de preconceito e discriminação sendo marginalizadas da sociedade, vistas como incapazes, tendo seus direitos negados e negligenciados pela esfera política e social.

Com a implementação de alguns documentos importantes como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) a educação começou a ter visibilidade social como direitos de todos ao mesmo espaço educacional na tentativa de um ensino significativo e inclusivo.

Mas o que alavancou de fato a inclusão foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2007 e a Política Nacional de Educação Especial da Educação Inclusiva. Portanto, só a partir de 2008 que essa oferta ganha mais força, onde uma maioria passou a ser incluída nas escolas regulares, após muita luta dos movimentos sociais, principalmente das próprias pessoas com deficiência.

Assim, além de ter o direito da matrícula nas classes comuns do ensino regular, esses estudantes público-alvo da Educação Especial também têm o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno, com professores especializados. Na Sala de Recursos Multifuncionais, os estudantes realizam atividades complementares e suplementares de acordo com suas necessidades específicas. O professor da Educação Especial pode trabalhar com jogos pedagógicos, estratégias, metodologias que atendam às necessidades específicas dos estudantes e trabalhar desenvolvendo habilidades e competências que contribuam para a desenvoltura educacional desses estudantes atendidos no ensino regular (JESUS, 2018).

À vista disso, é notório perceber a presença do lúdico no espaço pedagógico e o quanto ele tem contribuído no processo emancipatório e inclusivo das crianças com deficiência. Ressalta-se o quanto essas práticas e recursos tem sido significativo, pois ao introduzir atividade lúdica no espaço escolar o ensino se transforma num elemento motivador e facilitador, fazendo com que as crianças com deficiência consigam compreender os conteúdos, serem autônomas, vivenciem valores e atitudes de maneira prazerosa e divertida.

O lúdico faz parte da atividade humana, sendo caracterizado por possuir uma função clara, ser espontâneo e satisfatório. O lúdico ainda faz referência a uma dimensão humana que ressalta sentimentos de liberdade e espontaneidade nas ações desenvolvidas, realizando-se atividades descontraídas e espontâneas, onde os envolvidos interagem e estão em constante aprendizado (ARANTES; BARBOSA, 2017).

Dessa maneira, minha aproximação com a temática surgiu durante os estágios realizados no Ensino Fundamental e em um projeto desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais no componente curricular de Educação Especial, onde tive contato direto com crianças com deficiência e observei na prática o trabalho realizado pelos professores no acompanhamento desses alunos, as atividades desenvolvidas e os recursos lúdicos utilizados no processo inclusivo. Portanto, a temática se justifica em decorrência das potencialidades e oportunidades que a ludicidade proporciona como ferramenta de inclusão aos alunos com deficiência no espaço escolar. Ademais, consiste em uma importante forma de trabalhar o processo de ensino e aprendizagem, sendo que por meio dela a criança é capaz de representar suas sensações e emoções. O lúdico auxilia ainda os demais alunos que apresentam atrasos em seu desenvolvimento, pois as atividades lúdicas atuam de forma positiva no desenvolvimento de suas habilidades e aprendizagem.

Assim, este estudo é movido pelo seguinte problema: Quais as contribuições da ludicidade no processo inclusivo de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na perspectiva de professores do Atendimento Educacional Especializado?

Logo, para responder o referido problema, esta pesquisa propôs como objetivo geral compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do

Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo, no estado da Paraíba.

A pesquisa, parte-se das hipóteses de que o lúdico é uma potente ferramenta para promover a inclusão dos alunos com deficiência por proporcionar uma dinâmica facilitadora e estimuladora aos educandos e que as atividades lúdicas permitem incluir todos os alunos com deficiência e sem deficiência no processo pedagógico, criando situações desafiadoras que auxiliam as crianças a desenvolverem o raciocínio lógico e a construir conceitos de forma prazerosa e envolvente.

A partir dos levantamentos realizados, a presente pesquisa poderá contribuir para possíveis discussões acerca do lúdico na educação inclusiva no espaço escolar com o intuito de promover uma ação docente mais reflexiva e flexível, além da promoção de uma dinâmica potencializadora e inclusiva. Pretende-se colaborar para a criação de um nível de ruptura do ensino tradicional e para que a ludicidade seja reconhecida como ferramenta promotora da inclusão social e facilitadora do processo de aquisição de conhecimentos pelas crianças com deficiência.

Este trabalho trouxe no referencial teórico alguns pesquisadores, tais como: Soares (2010); Jesus (2018); Siluk e Pavão (2015); Sassaki (1997); Piaget (1971); Kishimoto (2010); Negreiros (2014); Landau (2002); Mendes (2006); Damiani (2008), Almeida (1998); Campioni e Paini (2016); Pereira (2016); Yoshida (2018); e Vygotsky (1991), que embasaram as discussões acerca da temática problematizada, pois conceituaram e discutiram teorias sobre as pessoas com deficiência, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, inclusão e o lúdico.

O presente trabalho está dividido em seis seções. Na segunda seção tem-se os objetivos, dos quais são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Depois, é apresentado o Referencial Teórico, composto por duas seções secundárias. A primeira traz uma abordagem sobre o processo educacional ao longo da história, tendo como foco central as crianças com deficiência. Além disso, é conceituado e discutido a respeito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. Na segunda são apresentadas discussões e conceitos sobre o lúdico, o desenvolvimento da criança com deficiência e as atividades lúdicas. Em seguida, é exibida a seção intitulada Material e Método, organizada por seis

seções secundárias: abordagem da pesquisa; tipo da pesquisa; local da pesquisa; sujeitos da pesquisa; procedimentos e técnica de coleta de dados; análise dos dados. Logo depois, é abordado o tópico com os resultados e as discussões da pesquisa, fazendo análises e discussões referenciando determinados autores do referencial teórico, para possibilitar o embasamento da pesquisa.

E por fim, é exposto as considerações finais com uma análise geral do trabalho, evidenciando os principais resultados alcançados da pesquisa e apontando algumas reflexões e sugestões sobre a temática para a promoção de uma prática pedagógica significativa.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar como a ludicidade pode atuar como facilitadora no processo da educação inclusiva de crianças com deficiência.
- Analisar como as atividades lúdicas são desenvolvidas com os alunos com deficiência na percepção dos professores do Atendimento Educacional Especializado.
- Descrever o trabalho desenvolvido com os professores das salas comuns em relação às atividades lúdicas como proposta de inclusão e mediação atenuadora aos alunos com deficiência a partir da percepção dos professores do Atendimento Educacional Especializado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), os anos iniciais do Ensino Fundamental compreendem do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), afirma em seu artigo 32º, o direito à educação gratuita nas escolas públicas e igualitária e tem como principal objetivo norteador a formação básica do cidadão.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015), conceitua as pessoas com deficiência como:

Aquelas que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, das quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

O acesso à educação é um direito de todos, independentemente da condição física, intelectual, econômica, cultural ou social, estabelecido por viés legislativo. Logo, o direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito só passou a ser reconhecido e garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam o acesso à Educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Assim, juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros (NOVO; MOTA, 2019).

No Brasil este direito só passou a ser reconhecido e garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No entanto, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam o acesso à Educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) (BRASIL, 1996); e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

De acordo com a Constituição de 1988 em seu Art. 205, a educação é defendida como “direito de todos, e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Acrescenta ainda que a educação é um direito de todas e todos, e que as crianças devem ingressar na escola aos 4 anos e permanecer nela até, no mínimo, os 17 anos de idade. Assim, significa dizer que o Estado deve, em primeiro lugar, criar condições para que as crianças e adolescentes acessem a escola. Garantir o acesso e a permanência envolve a construção de escolas pelos territórios brasileiros, mobilidade e acessibilidade, e que não haja qualquer tipo de discriminação ou impedimentos para a matrícula.

Portanto, o direito à educação consiste não apenas em ofertar o acesso desse mecanismo a todos, mas garantir um espaço e ensino de qualidade, igualdade e permanência. Por isso, a importância da ampliação de uma educação inclusiva, principalmente tendo em vista que assume cada vez mais espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

No entanto, ao longo da história, as pessoas com deficiências, muitas vezes, foram vítimas de todo abuso psicológico e social, no qual esses sujeitos eram renegados, excluídos e marginalizados pela sociedade opressora. Negreiros (2014) explicou a ideia que se tinha das pessoas com deficiência e ressaltou que:

[...] desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas”. (NEGREIROS, 2014, p. 13).

No quesito educacional se tinha uma enorme defasagem no aspecto inclusivo das crianças com deficiência, tendo em vista a exclusão delas no espaço escolar comum, isto é, enaltecendo e intensificando a segregação entre os educandos e a sociedade.

Para Silva (2009), ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência eram inseridas em instituições com caráter assistencialista, estas eram construídas bem distantes das cidades e povoados, para que estes sujeitos ficassem incomunicáveis e privados de liberdade. Era ainda recusado o direito à educação, sendo a elas negada a matrícula em uma escola com alunos sem deficiência. Consideravam assim, que o melhor lugar para essas pessoas era em escolas especializadas, pois nestas instituições as pessoas com deficiência teriam atendimento próprio às necessidades delas.

Adiante, mas precisamente na década 90 foi necessário pensar em construir escolas e classes especiais, dentre outras instituições, com o intuito de possibilitar às pessoas com deficiência terem acesso à educação, caracterizado pelo princípio da integração. No entanto, ao invés da escola se adaptar as condições da criança, era esta que deveria adequar-se aos padrões da escola. Portanto, a inserção dos alunos com deficiência na sala regular não era suficiente para garantir o direito à educação, pois ainda eram discriminados pela sua condição.

A integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra esse seguimento populacional, mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades. (BRASIL, 1998, p. 55).

Porém, esse contexto, felizmente, foi sendo modificado ao longo dos anos, assim, de acordo com Soares (2010), a partir das manifestações nacionais e internacionais foi surgindo as mudanças, na qual se começaram a perceber as pessoas com deficiência como sujeitos, como qualquer outro na sociedade, que pode ter lesões leves, média e grave, mas independentemente das suas condições, deveriam ser respeitados por todos, tendo seus direitos garantidos perante a lei.

Assim, tais direitos foram deferidos e assegurados por diversos viés legislativos, dentre eles, destaca-se a Declaração de Salamanca que se configura no conceito de inclusão de forma ampla, e propõe reflexões e discussões acerca de instituir uma educação que propicie a inclusão social, atendendo a todos os indivíduos e as necessidades educacionais que cada um apresenta, independentemente de quais sejam essas necessidades (UNESCO, 1994).

Portanto, a Declaração de Salamanca pretendeu inserir todas as crianças no mesmo âmbito escolar e de forma a fornecer suportes adequados para a necessidades de cada uma delas - seja elas com qualquer tipo de deficiência ou múltiplas deficiências, superdotadas, de baixa condição social, crianças pertencentes a todas etnias e culturas em instituições de ensino regular - visto que, o documento é pautado no direito à educação para todos com qualidade e oportunidades igualitárias de aprendizagem e formação social (UNESCO, 1994).

Destarte, o princípio de inclusão parte dos direitos de todos à educação, independentemente das diferenças individuais e inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca, de 1994, assim como da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2007 e ainda tem-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008.

Para Sassaki (1997), a educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o “pertencer” é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado. Portanto, é pautada em um processo no qual busca atender e fazer com que todos os alunos com deficiência ou sem deficiência tenha plena participação no processo educacional, estudando em salas de aulas comuns e assim fazendo dela um espaço de aprendizagem igualitário para todos, sem exceção.

Nesse sentido, o ensino inclusivo é entendido como uma prática da inclusão de todos, sem distinção, independentemente da deficiência, habilidades, talento, origem socioeconômica ou cultural, em instituições e salas de aula que são espaços provedores, onde as necessidades dos alunos são supridas de forma satisfatória sem nenhum tipo de discriminação (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.1).

Logo, a instituição escolar inclusiva é aquela que abrange todas as crianças, incluindo as que apresentam necessidades específicas. Pois, as crianças com deficiência

têm direito à educação em escola regular. No convívio com todos os alunos, a criança com deficiência deixa de ser “segregada” e sua acolhida pode contribuir muito para a construção de uma visão inclusiva (YOSHIDA, 2018). Sendo assim, é dever da escola assegurar uma proposta educativa adequada às necessidades educacionais de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem, buscando implementar os serviços de apoio pedagógico especializado, a serem oferecidos, preferencialmente, na própria escola.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) foram implementadas em determinadas escolas e a Resolução CNE/CEB nº04/2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, priorizou que o Atendimento Educacional Especializado deva ser focado nas necessidades individuais dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Compreende-se por Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com a legislação atual: “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente [...]” (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, as Salas de Recursos Multifuncionais é equipada com recursos tecnológicos que dão suporte à organização e à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando complementar ou suplementar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação que está matriculado no ensino regular, de modo a garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem necessárias para seu desenvolvimento. Assim, nessa sala é ofertado o AEE, sendo ela espaço e recurso para que esse tipo de atendimento aconteça.

Segundo as autoras Siluk e Pavão (2015), o serviço do AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno público-alvo da Educação Especial, enfatizando sua autonomia, sendo ofertada obrigatoriamente pelos sistemas de ensino. Ele deve ser realizado, preferencialmente, em escola regular, sendo parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, afirma que é dever do Estado promover e garantir “atendimento educacional especializado aos

portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ainda nos artigos 205 e 206, a educação é vista como um direito de todos, garantindo “o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996).

De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, o professor de AEE tem a função de “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias” que atenuem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos alunos, considerando suas necessidades educacionais (BRASIL, 2009).

O professor do AEE necessita desenvolver quatros objetivos apresentados no artigo 3º, do Decreto nº 7.611/2011, para a promoção de um atendimento significativo à criança público-alvo da Educação Especial, tais como:

I - prover condições de acesso participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p. 5).

Percebe-se que os documentos ressaltados apontam para a articulação que o serviço necessita ter para o professor do AEE desenvolver sua ação pedagógica. O

documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva abordou e esclareceu que as atividades desenvolvidas no serviço de AEE são diferentes das atividades realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Assim, “esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.” (BRASIL, 2008).

Os autores Alves e Guareschi (2011) destacaram que o professor do Atendimento Educacional Especializado consiste naquele que necessitará fazer articulações para garantir mobilizações e avanços que desenvolva a inclusão dos alunos com deficiência, portanto:

Além de organizar o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais, o professor deverá orientar os demais colegas do ensino regular que trabalham com os alunos que frequentam o AEE. Deverá, também, nortear e acompanhar os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno nos demais espaços escolares. (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 41).

Nesse sentido, o profissional do Atendimento Educacional Especializado necessita realizar um trabalho que envolva todas as mediações escolar, isto é, toda equipe que compõem a direção escolar, equipe pedagógica, os docentes da sala comum, a família e principalmente os alunos da sala regular com os alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais. Por isso, tem como objetivo central despertar e promover nos alunos estímulos fundamentais ao pleno desenvolvimento, por meio de recursos pedagógicos, tecnológicos e educativos, contribuindo de forma significativa para a independência e autonomia.

Ademais, o profissional que atua na Sala de Recursos Multifuncionais necessita estabelecer um bom trabalho colaborativo com o docente da sala do ensino regular para planejar e para pensar a respeito das práticas pedagógicas que beneficie o acesso do aluno com deficiência, seja no quesito curricular, seja no processo interacional, para a promoção das condições de inclusão desse aluno em todas as atividades e no espaço escolar. Em outras palavras, o docente do AEE é visto como colaborador no desenvolvimento de ações, dentro do espaço escolar, numa perspectiva inclusiva. Isto é, o trabalho colaborativo constitui uma parceria entre os professores da sala regular e os professores do Atendimento Educacional Especializado, parceria na qual os dois

profissionais trabalham juntos e dividem tarefas e responsabilidades de planejamento, instrução e avaliação dos estudantes, compartilhando assim objetivos, ideias, conceitos, expectativas, frustrações e experiências (MENDES, 2006).

Nessa lógica, é importante entender que a ação do profissional do AEE, na perspectiva inclusiva, não se restringe aos atendimentos realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais, pautada numa visão segregada, mas ao contrário, deve-se desenvolver por meio de relações com os demais profissionais da escola, seja de forma direta ou indireta em prol do pleno desenvolvimento desses estudantes. Ademais, para as autoras Souza e Damázio (2019), o serviço precisa ter transparência, transversalidade, comunicação, conexão e ser complementar. Em outras palavras, o serviço do AEE deve ter como objeto central a sistematização, atuando em conjunto com todo o corpo escolar, possibilitando assim, uma maior transversalização do trabalho pedagógico, inovando o contexto escolar em um processo dinâmico, facilitador, dialógico, colaborativo e bastante movimentado, buscando conduzir a equipe da escola e assumindo uma conduta inclusiva no espaço educacional.

Portanto, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um importante agente de mudança no processo educativo, mas não em um contexto isolado, mas sim de forma interacional, trabalhando em conjunto com todos os membros escolares para a construção e fortalecimento de um espaço inclusivo. Como ressaltou Daniels (2000, apud DAMIANI, 2008, p. 218) “as culturas de trabalho colaborativo são importantes ambientes para a promoção de trocas de experiência e, conseqüentemente, de aprendizagens, promovendo incremento nesses parâmetros”. Ademais, o ensino colaborativo, quando executado de forma coerente, organizada, significativa e eficaz não se torna importante e benéfica apenas aos estudantes com deficiência ou sem deficiência, mas toda a equipe escolar, principalmente renovando o entusiasmo e atuação dos professores.

3.2 O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

A figura do lúdico no espaço educacional não se trata de um fato novo, que surgiu repentinamente para ser acrescentado nas práticas escolares, mas contrário a isso, como

apontaram as autoras Nery e Sá (2019), essas práticas já eram defendidas e utilizadas por diversos povos, filósofos e pesquisadores ao longo do tempo e que marcaram épocas. Ressaltaram ainda, que desde a época de Platão (427 a.C. - 347 a.C.), as atividades lúdicas já eram apoiadas e manifestadas como um ato essencial na construção e no desenvolvimento de uma educação significativa e dinâmica, onde todas as crianças eram incentivadas às aprendizagens com dinamicidade e sem competições.

É importante levar em consideração e tomar como veracidade o pensamento defendido pelo autor Almeida (1998), quando mencionou que a genuína educação é aquela que permite desenvolver no educando o melhor comportamento, com o propósito de satisfazer suas diversas necessidades, seja elas voltadas ao saber, brincadeiras, jogos, vivências, convivências, exploração e atuação no meio social, principalmente levando em conta que a educação lúdica:

[...] integra uma teoria profunda e uma prática atuante. Seus objetivos, além de explicar as relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, cultural, psicológico, enfatizam a libertação das relações pessoais passivas, técnicas para as relações reflexivas, criadoras, inteligentes, socializadoras, fazendo do ato de educar um compromisso consciente intencional, de esforço, sem perder o caráter de prazer, de satisfação individual e modificador da sociedade. (ALMEIDA, 1998, p. 30).

Acerca disso, o ensino envolvendo ações lúdicas vai ao encontro fundamental à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, por possibilitar a promoção de modificações no ensino, no qual o centro não está apenas nos conteúdos, mas nas relações prazerosas construídas, ou seja, nas potencialidades que as atividades lúdicas permitem explorar e estabelecer no espaço educacional.

A brincadeira estimula na criança o prazer no processo de aprender. Tais direitos mencionados são característicos e assegurados por viés legislativo e deve ser mediado por meio de ações significativas para que essas práticas em cada etapa configurem em oportunidades explorativas e humana para à plena evolução pedagógica. Pois, é brincando que as crianças ampliam suas capacidades e criatividade, por meio de partilhas de conhecimentos e interação.

O lúdico tem o poder de possibilitar ações de colaboração, tentativas, descobertas, decisões, facilidades, desafios, dinamismo, motivação e amplitude da imaginação. Desta

forma, as crianças aprendem e se desenvolvem brincando, onde realizam diversas descobertas importantes sobre o mundo que as cercam e principalmente sobre si mesmas. As experiências vivenciadas pelas crianças oportunizam aprendizagens marcantes que permanecem por toda a vida. Nas atividades lúdicas as crianças refletem, experimentam situações que direcionam ao desafio e a diversidade provando que o lúdico está relacionado ao desenvolvimento infantil, assim também com as crianças com deficiência. Assim, a ludicidade na infância leva a criança a internalização de regras e conceitos, levando a reflexão e a aprendizagem partindo do concreto, a partir da vivência de conceitos, ampliando assim sua criatividade, sua memória e a estruturação de seu pensamento fundamentado no que foi vivido.

Almeida (2009, *apud* ARANTES; BARBOSA, 2017) afirma que a atividade lúdica envolve principalmente o entretenimento, onde não importa somente o resultado, mas o divertimento, prazer e interação dos participantes. Nesses momentos onde o lúdico se faz presente são desenvolvidos a criatividade e inúmeros conhecimentos que envolvem jogos, brinquedos, brincadeiras, músicas, danças e representações artísticas.

A atividade lúdica se caracteriza por uma articulação muito frouxa entre o fim e os meios. Isso não quer dizer que as crianças não tendam a um objetivo quando jogam e que não executem certos meios para atingí-lo, mas é freqüente que modifiquem seus objetivos durante o percurso para se adaptar a novos meios ou vice-versa [...], portanto, o jogo não é somente um meio de exploração, mas também de invenção (BRUNER *apud* BROUGÈRE, 1998, p.193).

Segundo Friedman (1996, p. 41)

Os jogos lúdicos permitem uma situação educativa cooperativa e interacional, ou seja, quando alguém está jogando está executando regras do jogo e ao mesmo tempo, desenvolvendo ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo.

Desta maneira, a ludicidade apresenta-se como uma importante ferramenta facilitadora e inclusiva nesse processo de mediação e interação social dos alunos. Além disso, o lúdico tem o poder de promover nos educandos uma prática educacional e conhecimento de mundo, pensamento e sentido.

O lúdico possibilita criar pontes entre a educação e a inclusão, convidando a todos a se juntar e fazer parte do processo. Contudo, além de ser um direito da criança com

deficiência a essas práticas, assim também se torna uma necessidade para a ampliação de suas potencialidades.

Para Landau (2002, p. 99), a brincadeira cria um espaço de aprendizagem que é ativo, repleto de dinamismo, permitindo que a criança amplie sua cultura de mundo, “tornando possível para ela vivenciar situações desconhecidas sem temor do risco”.

Ao apresentar atos lúdicos, a criança comprova o nível de seus estágios cognitivos e elabora conhecimentos de acordo com seu nível de desenvolvimento. Através do brincar, a criança desperta sua imaginação, criando possibilidades de aprendizagem. Logo, ela tem a autonomia de criar, imaginar e é através da ludicidade que a criança expressa seus desejos e representa o mundo dos adultos (VYGOTSKY, 1998).

O brincar mostra-se como uma necessidade básica à todas as crianças, bem como as atividades lúdicas auxiliam em seu desenvolvimento global, visto que por meio das brincadeiras as crianças relacionam ideias, configuram conceitos, ampliam habilidades sociais e cognitivas, minimizam a agressividade e a inquietação, associam relações lógicas, desenvolvem a oralidade e a coordenação motora, além de construírem seu próprio conhecimento a partir das experiências e situações vivenciadas (FERREIRA, 2007).

Logo, o brincar é, portanto, na visão da autora Kishimoto (2010):

[...] a atividade principal do dia-a-dia [da criança]. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade, por meios de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentimentos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. (KISHIMOTO, 2010, p. 01).

Nessa perspectiva, o lúdico, o brincar contribui no processo de formação das crianças e sendo assim, de forma nenhuma pode ser deixado de ser trabalhado nos espaços escolares, pois é uma ação que necessita ser aproveitada e incentivada, não apenas na visão de lazer ou diversão, mas além disso, na formação social e intelectual advinda deste processo, desenvolvendo ainda a interação com o outro, com o meio e com seu próprio corpo e sua identidade e a linguagem, entre outros.

De acordo com Vygotsky (1994), a brincadeira além de promover a interação dos pares e o prazer, também provê as necessidades da criança possibilitando subsídios para

a evolução de seu desenvolvimento. Portanto, não se configuram apenas em atividades de entretenimento, mas instrumentos que exploram e enriquece todos os aspectos físicos e cognitivos.

Outrossim, o brincar se estende aos vários campos da atividade, inclusive na educação. Por isso, as brincadeiras vivenciadas no espaço escolar estabelecem condições de avanço no aspecto cognitivo do educando, no entanto, necessitam de estímulos, organização e sensibilidade por parte do educador, principalmente, no contexto de perceber que cada aluno tem suas especificidades e, portanto, cada processo imaginário é único e precisa ser considerado e valorizado.

Piaget (1971, p. 67) argumentou que "Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois a sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui." À vista disso, o lúdico possibilita que a criança se desenvolva em todos os aspectos independente de suas limitações, pois a brincadeira desperta nelas confiança, autoestima, liberdade, independência, criatividade e estímulo, elementos esses, essenciais para a inclusão de alunos com deficiência.

Para Kishimoto (apud SILVA, 2004, p. 43),

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção de conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros, bem como a sistematização de conceitos que não jogos.

Neste sentido, através do brincar, a criança tem a chance de praticar suas funções motoras e psicossociais, de vivenciar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira genuína e espontânea.

Para a criança com deficiência as relações de interação com o outro pode ser propiciada por meio do lúdico, bem como o desenvolvimento da aprendizagem, tendo em vista que as atividades são transmitidas de maneira dinâmica e divertida, com propostas pedagógicas diversificadas para facilitar a assimilação. Além disso, sempre que brinca a criança está de certa forma também explorando, experimentando e descobrindo o mundo ao seu redor, e sem perceber surge naturalmente aprendizagens em diversos sentidos.

A criança se desenvolve no processo educativo através de desafios, necessitando de um ambiente atrativo e organizado. Os desafios despertam e exploram nelas diversas formas do pensar, impulsionando a imaginação e desenvolvendo melhor a construção do conhecimento. Seu desenvolvimento ocorre em quatro áreas, a saber: física, cognitiva, emocional e social, no entanto, as crianças necessitam ser estimuladas para isso. Assim, a autora Fernandes (2016) apontou que a criança não se desenvolve de forma linear e igualitária, mas que em muitos casos ocorrem avanços e retrocessos nesse processo. Nessa lógica, o desenvolvimento infantil constitui-se em um processo gradativo, ou seja, passa por diversas fases em seu processo, em que cada criança é um ser singular, sendo necessário respeitar seu tempo e suas especificidades. Logo, a promoção de estímulos auxilia no pleno desenvolvimento da criança.

Dessa forma, o lúdico é uma importante ferramenta no desenvolvimento dessas funções cognitivas das crianças, por contribuir em seu processo de autorregulação, lhe possibilitando autonomia de seu próprio comportamento e a ação voluntária diante do meio em que vive. Vygotsky (2000) ressaltou em seus estudos o papel da ação educativa como fator essencial no avanço do desenvolvimento da criança, no qual, de acordo com o autor, ocorre por meio do conceito da Zona de Desenvolvimento Proximal, que traz reflexões primordiais a respeito das possibilidades que as trocas de experiências entre docentes e discentes promove, principalmente quando essa colaboração parte de um profissional mais experiente e com propostas de intervenções educativas adequadas, visibilizando especificamente as crianças público-alvo da Educação Especial em seus processos psicológicos. Vygotsky (2000, *apud* COSTA, 2006, p. 5) considerou que:

A deficiência, defeito ou problema não constituiriam, em si, impedimento para desenvolvimento do indivíduo. O que poderia constituir esse impedimento seriam as mediações estabelecidas, as formas de lidarmos com o problema, negando possibilidades de trocas e relações significativas que possibilitam o crescimento do indivíduo.

Ainda para Vygotsky (2000), o homem é um ser que se forma em contato com a sociedade, isto é, “na ausência do outro, o homem não se constrói homem”. Sua teoria é que a formação se dá na relação entre sujeito e a sociedade ao seu redor. Portanto, o indivíduo modifica o ambiente e este o modifica de volta. Em seu conceito da Zona de

Desenvolvimento Proximal (ZDP), mostra que, com a ajuda do outro - adultos, professores, colegas mais capazes - a criança terá possibilidades de produzir mais do que produz sozinha. Esse conceito aponta o que a criança tem em potencial, para as suas possibilidades não realizadas. Assim, na perspectiva de Vygotsky (2000, apud COSTA, 2006, p. 5):

O indivíduo é constituído socialmente: todas suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes pais, irmãos, professores, colegas, amigos - fazem parte desse universo histórico-cultural e servem de elo intermediário entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

Promover atividades lúdicas, por mais simples que sejam, que motivem e façam sentido para o pertencimento da criança no processo é vital, especialmente por entender que mediante aos recursos lúdicos que advêm as experiências inteligentes e reflexivas e, com base nesse processo, se constrói o conhecimento. De fato, trabalhar a ludicidade em toda a esfera escolar é fundamental, principalmente no contexto da Educação Especial para o pleno desenvolvimento cognitivo, inclusivo, educativo e social do aluno, portanto, deve ser visto como um meio pedagógico indispensável nas propostas metodológicas de ensino.

Nessa lógica, percebe-se a Sala de Recursos Multifuncionais como um importante espaço, onde o aluno poderá experimentar inúmeras atividades de forma lúdica e dinâmica e até mesmo recursos tecnológicos que mais se adequem as suas especificidades para contribuir no processo de suas demandas. Assim, o professor do Atendimento Educacional Especializado poderá observar e adequar as atividades e as ferramentas para atender as necessidades de cada aluno. Além disso, o professor deverá disponibilizar o material à professora da sala regular para dar continuidade a proposta pedagógica.

A Sala de Recursos Multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as

atividades de complementação e suplementação curricular. (BRASIL, 2006, p. 14).

O lúdico na Sala de Recursos Multifuncionais, assim como em qualquer outro espaço pedagógico deve sempre se relacionar ao processo de aprendizagem, com objetivos coerentes e específicos para que não se torne apenas uma mera brincadeira de descontração e recreação, mas sim um momento repleto de descobertas e aprendizagens.

Desta forma, considera-se que há necessidade de se fazer adequações de brinquedos e materiais pedagógicos para o atendimento das crianças na Sala de Recursos Multifuncionais, para evitar que um brinquedo inadequado atrapalhe ou provoque possíveis problemas e frustrações no processo de desenvolvimento das crianças com deficiência (SOMMENRHALDER; ALVES, 2011).

Nesse sentido, a adaptação e criação de materiais pedagógicos está relacionada ao ofício do professor de AEE, em razão de se tratar de um profissional que tem conhecimentos específicos sobre as questões que envolve as deficiências, além de apresentar uma visão sensível acerca das especificidades de cada sujeito. Sendo assim, compreende-se que:

A atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorado, compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo. (GOES, 2008, p. 37).

Desse modo, para que as atividades lúdicas sejam efetivadas no processo inclusivo e na contribuição do desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos estudantes - neste contexto os alunos com deficiência - é necessário que o trabalho desenvolvido seja planejado de forma organizada com dinâmicas, ferramentas, espaço e tempo adequados para atender as especificidades de cada educando e os objetivos propostos.

O sujeito com deficiência pode precisar de recursos pedagógicos ou de Tecnologia Assistiva que seja de fato efetivos nas brincadeiras ou atividades realizadas. Entre todos

os recursos e estratégias que são utilizadas pelos professores do AEE, a audiodescrição (AD) é um recurso simples, sem custo e que possibilita ao educador incluir diversos alunos com deficiência nas atividades. Assim, configura-se em uma ferramenta significativa por permitir leituras a partir de imagens, filmes, entre outros, com riquezas de detalhes e cores.

Ademais, diversos outros recursos disponíveis nas Sala de Recursos Multifuncionais podem e devem ser utilizados no processo educativo também por serem muito significativos para o pleno desenvolvimento e inclusão de todos os estudantes com deficiência.

Um projeto desenvolvido por Lima e colaboradores (2015) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) trabalhou com a temática “Ludicidade e inclusão: estabelecendo estratégias educacionais”. A pesquisa tinha como objetivo estabelecer estratégias educacionais lúdicas a fim de promover a inclusão de crianças com deficiência, dificuldades de aprendizagem e transtornos de comportamentos. Como proposta metodológica, foi realizada uma intervenção em uma escola municipal de Barbacena - MG, onde foi feita observações na sala de aula, na rotina da escola, acompanhamento de atividades de ensino e avaliação junto aos professores envolvidos. Além disso, fizeram uso de jogos educativos e materiais concretos. No primeiro momento, os pesquisadores aplicaram jogos pedagógicos voltados para a ludicidade para estimular o desenvolvimento dos alunos. Os jogos utilizados ao longo da pesquisa do projeto foram quatro, com os seguintes temas: o pirata, jogo da memória, o tabuleiro do sapo, e o leão e o ratinho. Todas as atividades tiveram 50 minutos de duração, cada uma trabalhada em determinada deficiência, objetivando o pleno desenvolvimento das crianças envolvidas.

Após a pesquisa, foi observado, pelos pesquisadores, que o projeto se mostrou uma importante ferramenta de transformação no desenvolvimento das crianças atendidas. E, através da ludicidade, a inclusão escolar se tornou possível, promovendo aos alunos uma aprendizagem significativa e estimulante, considerando suas reais necessidades e especificidades. Desse modo, enfatiza-se a importância de um olhar sensível e estimulador da comunidade escolar para a plena inclusão e desenvolvimento dessas crianças público-alvo da Educação Especial (LIMA *et al.*, 2015).

Em uma outra pesquisa realizada na Sala de Recursos Multifuncionais-Tipo I em uma escola pública do município de Astorga-PR desenvolvida pelas pesquisadoras Campione e Paini (2016), que teve como temática de estudo “As contribuições da ludicidade na educação inclusiva”, buscou conhecer como a ludicidade possibilitou uma maior interação e socialização no processo de aprendizagem dos alunos da Sala de Recursos Multifuncionais. Assim, foram trabalhadas atividades e brincadeiras lúdicas para desenvolver nos educandos a percepção, observação, atenção, memorização, habilidades, espontaneidade e a socialização com o intuito de fortalecer a autonomia e as relações sociais dos alunos do Atendimento Educacional Especializado.

O projeto foi desenvolvido durante três meses e contou com a participação de 15 alunos atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais, com diferentes deficiências, transtornos e dificuldades educacionais. As atividades desenvolvidas e observadas mostraram-se a princípio desafiadoras, pois alguns alunos se mostravam relutantes a socializarem e a ultrapassar as barreiras. A falta de confiança e autoestima também foram uma das principais problemáticas no processo, contudo, aos poucos, os alunos foram superando as dificuldades e ganhando autoconfiança e autoestima e se sentindo valorizados no espaço escolar. Nesse sentido, as práticas lúdicas desenvolvidas possibilitaram uma melhoria na relação dos alunos consigo mesmo e com o ambiente escolar, além de ter proporcionado um melhor desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem (CAMPIONE; PAINI, 2016).

Na pesquisa de Pereira (2016), que discutiu o tema “O brincar como prática inclusiva da criança com deficiência no contexto escolar”, tinha como objetivo geral conhecer a opinião dos professores sobre o brincar como estratégia de inclusão no contexto escolar e como fazem uso desta em sala de aula. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de campo, realizada em escolas da rede particular do município de João Pessoa. Para o levantamento dos dados foi aplicado um questionário com cinco perguntas abertas para 10 professores de escolas particulares da educação infantil e ensino fundamental, que após respondidas foram devidamente transcritas e organizadas pela pesquisadora.

A pesquisa resultou na compreensão de que os pedagogos reconhecem as leis acerca da inclusão das pessoas com deficiência e sua importância no espaço

educacional, por isso buscam integrar todos os alunos. E que para atingir os objetivos da inclusão, as escolas utilizam diferentes métodos para atender as necessidades dos alunos, tendo como ferramenta principal o lúdico, isto é, nas escolas investigadas a brincadeira é destacada como recurso indispensável no processo educacional, principalmente para as crianças com deficiência, por ser facilitadora, possibilitar autonomia e ajudar no desenvolvimento do conhecimento (PEREIRA, 2016).

É destacado ainda, na pesquisa de Pereira (2016), que as crianças com deficiência interagem nas atividades lúdicas e brincadeiras de forma ativa e participativa e que as escolas buscavam integrar esses alunos nesses momentos interativos, além de reconhecerem e evidenciarem a importância do brincar para a inclusão, por possibilitar diversos benefícios, entre eles a interação social, autonomia, potencialidades e o pleno desenvolvimento educacional.

Dessa maneira, o lúdico, os jogos e as brincadeiras proporcionam as crianças momentos de diversão e aprendizagem, crescimento de suas convivências, sentimentos, emoções, desenvoltura, sociabilidade etc. Logo, as atividades lúdicas podem ser aplicadas em diferentes faixas etárias, havendo a necessidade apenas de alterações no processo metodológico de aplicação, cabendo ao professor conhecer as reais necessidades de cada aluno e, portanto, promover atividades que se adequem a essas conformidades.

Diante disso, a ludicidade tem a capacidade de desenvolver inúmeras habilidades aos alunos com deficiência, promovendo benefícios, tais como: aquisição de valores, aprimoramento do comportamento, sensação de pertencimento, além de desenvolver várias áreas do conhecimento, socialização e aperfeiçoamento de habilidades. Assim, é possível considerar a importância do lúdico como prática inclusiva por possibilitar e promover ações significativas e interativas, aproximando a criança com deficiência ao seu meio e reconhecendo-o as como sujeitos altamente capazes não apenas no espaço escolar, mas em toda sociedade.

4 MATERIAL E MÉTODO

Para a realização desta pesquisa, inicialmente foi seguido as recomendações conforme consta na Resolução 466/12, assim como também da Norma Operacional nº 001/13, do Conselho Nacional de Saúde, que aborda a Ética em Pesquisa com seres humanos. Em vista disso, o projeto de pesquisa foi submetido à avaliação pelo Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, onde passou por diversas análises e avaliações até a sua aprovação. Tendo sido todos os dados analisados a pesquisa foi aprovada sob numeração 55767321.4.0000.5188 (ver ANEXO).

4.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, com a finalidade de absorver o significado de eventos e comportamentos. Segundo Cruz (2011), a pesquisa qualitativa é aquela que busca compreender o objeto estudado de forma aprofundada. Em outras palavras, é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo.

Nessa lógica, a pesquisa de abordagem qualitativa surge como uma proposta de investigação que, sem perder seu caráter científico, possibilita que o investigado tenha maior participação, apropriação do processo e dos resultados obtidos.

Logo, a pesquisa qualitativa permite ter uma visão mais ampla e sistematizada do cenário social, onde será desenvolvido a pesquisa, visando as percepções dos fatos e não seu quantitativo.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de campo descritiva, a qual compreende a observação de fatos e fenômenos reais a partir de experiências vividas dos sujeitos observados e/ou pesquisados com objetivo de descrever suas percepções em relação a temática de estudo.

Dessa maneira, Gil (2002, p. 53) discorreu sobre esse tipo de pesquisa, citando exemplos e definições e ressaltou que:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2002, p. 53).

Abordou ainda acerca do conceito da pesquisa descritiva e citou:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42).

À vista disso, a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

4.3 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em quatro escolas municipais da cidade de Pedras de Fogo, um município brasileiro do Estado da Paraíba, localizado na Região Metropolitana de João Pessoa-PB. Sua população é de 28.458 habitantes, conforme estimativa do IBGE de 2019. A escolha da cidade se justifica por ser de fácil acesso para a coleta dos dados, por se tratar do município em que resido atualmente, assim como também por haver um número significativo de alunos com deficiência matriculados nas escolas públicas do município. As escolas públicas municipais atendem alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, e as estaduais atendem os alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Portanto, a pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas municipais, tendo em vista que as instituições possuem alunos com deficiência matriculados e que frequentam regularmente, além de haver nas quatro escolas Salas de Recursos

Multifuncionais e professores do Atendimento Educacional Especializado e ainda atender as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, elementos primordiais como agentes público-alvo para atender o objeto da pesquisa.

4.4 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado das escolas públicas do município de Pedras de Fogo-PB, visando identificar a percepção e compreensão delas a respeito da temática deste estudo. São educadoras do sexo feminino com idades entre 34 e 48 anos, formadas em Pedagogia, sendo uma com especialização em Neuropsicopedagogia institucional, duas em Psicologia Escolar e da Aprendizagem e com cursos na área do Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva e uma concluindo a especialização em Atendimento Educacional Especializado e o curso na área da Educação Inclusiva. Lecionam dentre 4 a 30 anos e atuam na instituição escolar dentre 8 meses a 9 anos.

Nesta análise, percebe-se as diferenças de idade entre as professoras e o tempo de atuação distinto entre elas, neste sentido compreende-se que há diferentes níveis de experiência vivida. Logo, é importante considerar que os saberes da experiência estão intimamente interligados as práticas vivenciadas diariamente no contexto social e/ou escolar. De acordo com a autora Pimenta (2002, p. 20 *apud* ALMEIDA, 2010, p.1) “os saberes da experiência são aqueles advindos da história de vida, das relações que os docentes estão em formação para exercer este ofício, obtiveram ao longo de suas vidas no contato com a escola.”

Foi observado também, com base nas entrevistas realizadas, que todas tem formação na área da Educação como Pedagogas e possuem especializações no Atendimento Educacional Especializado, Neuropsicopedagogia, e cursos na área da Educação Inclusiva. Esses componentes são fundamentais para o exercício de suas práticas, principalmente no contexto da função que exercem enquanto professoras do Atendimento Educacional Especializado, visto que o professor de AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com foco na eliminação das barreiras para a plena participação dos estudantes com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Assim, são profissionais que exercem um trabalho colaborativo, que dão o suporte necessário aos professores da sala comum, desenvolvendo uma colaboração mútua em conjunto com todo o corpo escolar e a comunidade.

Diante disso, com o propósito de compreender melhor o perfil das entrevistadas, foi construído um quadro, no qual estão dispostas as respostas de todas as participantes da pesquisa. Para manter a discrição e preservar a identidade das professoras entrevistadas, elas foram denominadas neste trabalho como: Professora A (P.A), Professora B (P.B), Professora C (P.C), Professora D (P.D). Portanto, foram coletadas informações que refletissem a caracterização das educadoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado, que foram organizados e definidos conforme o quadro 1:

Quadro 1- Perfil das professoras pesquisadas

Idade	P.A: 48 anos P.B: 47 anos	P.C: 35 anos P.D: sem informação
Formação	P.A: Pedagogia P.B: Pedagogia com habilitação em supervisão escolar pela UFPB. P.C: Pedagogia P.D: Pedagogia	
Especializações	P.A: Psicologia escolar e da Aprendizagem e cursos na área do Atendimento Educacional Especializado. P.B: Psicologia escolar e da Aprendizagem. P.C: Concluindo a especialização em Atendimento Educacional Especializado e curso de Educação Inclusiva. P.D: Neuropsicopedagogia institucional.	
Tempo que leciona	P.A: 28 anos P.B: 30 anos	P.C: 4 anos P.D: 10 anos
Tempo de atuação na instituição	P.A: 1 ano P.B: 9 anos	P.C: 8 meses P.D: 1 ano

Fonte: produção própria.

4.5 PROCEDIMENTOS E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Inicialmente foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Informado (APÊNDICE A), que foi lido e assinado pelas professoras, concordando participar da pesquisa voluntariamente.

Assim, a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada pela plataforma *Google Meet* com as professoras do Atendimento Educacional Especializado. Esta técnica se dá por possibilitar uma entrevista flexível, onde dispõem de um roteiro prévio, mas abre espaço para que o pesquisador e pesquisado façam perguntas fora do que havia sido planejado, tornando o diálogo mais natural e dinâmico. Desse modo, o ato da pesquisa por meio da entrevista pode fornecer informações mais aprofundadas e de pormenor a respeito do objeto da pesquisa expresso por meio dos objetivos, sendo que são informações frutos de uma interação direta entre as partes, relação esta assumida pela abordagem qualitativa como base para se aproximar da realidade.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro semiestruturado contendo dez perguntas abertas e algumas informações básicas das docentes (APÊNDICE B). As entrevistas ocorreram em quatro dias não sequenciais do mês de abril de 2022, considerando o dia e horário disponível das professoras. A cada dia e horário marcado para a realização das entrevistas era encaminhado horas antes o link de acesso da plataforma *Google Meet* para a entrevistada, para que esta tivesse acesso a plataforma com antecedência, até para se familiarizar com ela, caso não tivesse muita habilidade com a ferramenta. As entrevistas foram realizadas individualmente. As entrevistas duraram cerca de 20 a 50 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudios, logo depois foram cuidadosamente escutadas, transcritas integralmente e analisadas. As transcrições foram adequadas às normas da Língua Portuguesa.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, iniciou-se a análise dos dados, por meio da análise temática. A análise temática consiste em um método interpretativo de análise de dados. Através da identificação, análise e descrição de padrões ou temas, permite apresentar e organizar os dados de uma forma sintética, porém enriquecedora. Ademais, trata-se de uma análise flexível, podendo ser utilizada com diferentes posicionamentos epistemológicos e adequa-se a diversos tipos de dados qualitativos.

Desse modo, os temas estabelecidos foram: “As crianças atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais”; “O desenvolvimento de atividades lúdicas nas Salas de Recursos Multifuncionais”; “A importância das atividades lúdicas no Atendimento Educacional Especializado”; “A participação das crianças com deficiência nas atividades lúdicas”; “A relação entre professores do Atendimento Educacional Especializado e os professores da sala comum”; “Atividades lúdicas e seus benefícios para as crianças com deficiência” e a “Ludicidade e a educação inclusiva”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção a seguir traz uma análise das falas das professoras entrevistadas, coletadas durante o desenvolvimento desta pesquisa. Essa análise é feita com o diálogo com teóricos que subsidiam o trabalho, que tem como objetivo compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB.

5.1 AS CRIANÇAS ATENDIDAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

No quadro 2, que segue, as professoras do Atendimento Educacional Especializado citaram as crianças que são atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais das instituições que trabalham, por meio da seguinte pergunta da entrevista: *“Quais as crianças que são atendidas no Atendimento Educacional Especializado da instituição?”*

Quadro 2- Crianças atendidas no Atendimento Educacional Especializado

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“As crianças atendidas na instituição são crianças com síndrome Down, autistas, transtornos, déficit de atenção e hiperatividade, crianças com deficiência físicas e motoras e deficiência intelectual”. (P.A)</i>
<i>“Crianças com deficiência que apresenta limitações intelectual ou motora, auditiva e visual. Então, o público que atendemos atualmente em sua maioria é autista, Síndrome Down, deficiência física, surdo, deficiente intelectual leve, moderada e grave, e hidrocefalia”. (P.B)</i>
<i>“Crianças com deficiência auditiva, física, intelectual, autista, deficiência visual e criança com transtornos globais do desenvolvimento”. (P.C)</i>
<i>“São atendidas as crianças com deficiência física, intelectual, motora, auditivas, autista e visuais”. (P.D)</i>

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

A partir dos depoimentos é notório perceber que há crianças com diversos tipos de deficiência atendidas pelas professoras especializadas. Outro ponto a considerar é que não há em nenhuma das instituições crianças com altas habilidades/superdotação atendidas e/ou matriculadas. Há também um número pequeno de crianças com deficiência visual; apenas em duas escolas do município foram identificados alunos com esse tipo de deficiência.

Além disso, acrescentaram que percebem em alguns pais ainda muita resistência em buscar diagnóstico para seus filhos e que muitas vezes atribuem essas responsabilidades à escola, ou melhor, aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado como se fosse função delas realizar esse diagnóstico, quando na verdade é uma responsabilidade única dos pais ou responsáveis para que essa criança possa ter uma assistência pedagógica específica, que atenda suas necessidades escolares.

Portanto, esse processo se dá por um trabalho colaborativo entre família e a escola, no qual a família, rompendo com o preconceito e as resistências, busca profissionais competentes para avaliar as condições de seus filhos. A escola, juntamente com os profissionais do AEE, dá subsídios para uma educação inclusiva, promovendo o desenvolvimento educacional e as habilidades dos educandos, uma vez que o AEE foi criado para atender o público-alvo da Educação Especial, que são as crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes.

As entrevistadas mostraram-se conhecer bem sobre os estudantes que são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais e o direito que cada um possui a esse espaço e atendimento, além da sua importância para dar suporte na formação desses alunos e na sua aquisição do conhecimento. Sendo assim, esses dados dialogam com a Declaração de Salamanca (1994), quando é reconhecido os direitos dos alunos com público-alvo da Educação Especial à um apoio de atendimentos especializados em escolas comuns para que esses discentes tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem dos demais. Corrobora também com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, quando traz em seu art. 1º, que o Atendimento Educacional Especializado é “ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais ou em centros de

Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2009, p.1). Portanto, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado lidam diretamente com esse público de alunos, constituindo-se em um espaço com múltiplas especificidades.

5.2 O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES LÚDICAS NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O quadro 3 contém respostas, em que as professoras entrevistadas explicaram sobre o desenvolvimento das atividades lúdicas no Atendimento Educacional Especializado, se faz uso dessa ferramenta, como é desenvolvida e em quais espaços da escola é realizado. Assim, foram feitas as seguintes perguntas às professoras: “*Há atividades lúdicas que são desenvolvidas com as crianças atendidas? Se sim, como essas atividades são desenvolvidas?*”, “*Em quais espaços essas atividades lúdicas acontecem?*”. As respostas dessas questões foram devidamente agrupadas e sintetizadas para serem discutidas e analisadas conforme o quadro 3 a seguir:

Quadro 3- Atividades lúdicas desenvolvidas

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“Sim, [...] são realizadas através de jogos e brincadeiras que permitam a interação entre as crianças e possibilite o meio eficaz na aprendizagem [...] acontecem dentro e fora da escola [...]”. (P.A)</i>
<i>“Sim, [...] na maioria do tempo desenvolvemos atividades lúdicas com jogos disponibilizado na sala de recurso multifuncionais [...] desenvolvidas em sua maioria na sala de recursos multifuncionais, [...] na sala de vídeo, [...] e também no pátio [...] como eles na sala regular realizam em sua maioria atividades escritas, impressas, livros e cadernos, então procuramos utilizar pouco esse recurso, mas também usamos e quando usamos, usamos atividades escritas de forma atrativa que envolva a motricidade, a memória, as habilidades de leitura e concentração [...] como jogo da memória, jogo dos 7 erros e também utilizamos jogos online em sites confiáveis, como escola game e smarte kids”. (P.B)</i>
<i>“Sim, as atividades lúdicas são desenvolvidas juntos com os alunos da sala regular, e também realizada na sala de recursos através das atividades propostas [...] Essas atividades</i>

<i>acontecem dentro e fora da sala de aula". (P.C)</i>
<i>"Sim, [...] desenvolvidas de acordo com as necessidades da criança, que pode ser uma atividade, brincadeira, um jogo específico para desenvolver certas habilidades, pode ser um vídeo ou uma pintura [...] As atividades acontecem na Sala de Recurso Multifuncional da própria escola". (P.D)</i>

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

Como apresentado nas falas das professoras, todas afirmaram desenvolver atividades lúdicas nas Salas de Recursos Multifuncionais durante os atendimentos com seus alunos com deficiência. A professora P.A afirmou que as atividades lúdicas são desenvolvidas e que elas ocorrem por meio da utilização de jogos e das brincadeiras realizadas com os alunos, em função de objetivos serem alcançados e ressaltou ainda, que essas atividades ocorrem não apenas na Sala de Recursos Multifuncionais, mas também em outros espaços da escola, isto é, outros espaços escolares são devidamente aproveitados com possibilidades de permitir que outras habilidades sejam exploradas e desenvolvidas, além de promover atendimentos inovadores, dinâmicos e excitantes à criança.

Assim como a professora P.A, a professora P.B também desenvolve atividades lúdicas e faz uso de jogos no atendimento. Jogos esses que são confeccionados pelas próprias profissionais do AEE, como também os jogos prontos da própria Sala de Recursos Multifuncionais. Acrescenta ainda, que o lúdico é uma prática muito utilizada pelas professoras do AEE, pois sabem das potencialidades e facilidades que esta ferramenta proporciona aos alunos, principalmente no contexto das crianças com deficiência. Esses dados corroboram com a pesquisa de Pereira (2016), quando é ressaltado a diversidade de atividades lúdicas que é utilizado pelas docentes nas práticas pedagógicas, visando desenvolver diversas habilidades, facilitando a aprendizagem, para uma prática significativa e repleta de interações entre os educandos.

A professora P.B relatou que é comum os alunos com deficiência fazerem, em sua maioria, atividades escritas e impressas, que são ferramentas mais utilizadas pelas professoras da sala comum. Por isso, nos atendimentos, ela busca sempre evitar esse tipo de prática para que não se torne algo exaustivo, sem atratividade e dinamismo para esses alunos. Nesse sentido, é perceptível a preocupação da professora em oferecer

uma prática que não apenas desenvolva os alunos, mas que o estimule e o desafie a buscar suas habilidades e seu pleno desenvolvimento. Portanto, é nesse contexto que as práticas lúdicas se configuram em ações em que todos aprendem e se desenvolvem em sua plenitude de maneira prática e dinâmica.

As professoras P.C e P.D compartilharam do mesmo pensamento das professoras citadas e declararam que também utilizam as atividades lúdicas em suas práticas. No entanto, a professora P.C não conseguiu ser muito clara em sua resposta e exemplificar de forma tangível como essas atividades são desenvolvidas, porém destacou que as atividades são desenvolvidas junto com os alunos da sala regular, na Sala de Recursos Multifuncionais e que ocorrem dentro e fora da escola, ocupando assim também outros espaços. A professora P.C ressaltou durante a entrevista não ter muita experiência no quesito do Atendimento Educacional Especializado e que ainda está no processo de adaptação e na busca de conhecimentos e experiência para ajudar em sua prática e nos diálogos sobre o assunto.

Já a professora P.D diz que as atividades são pensadas e desenvolvidas para atender as necessidades de cada criança, assim, a atividade varia de acordo com o objetivo que se pretende desenvolver ou atingir naquele alunado. Podendo ser realizado tanto por meio de jogos, brincadeiras, como também por pinturas, vídeos etc. Dessa maneira, como defendeu Landau (2002), o brincar cria um espaço de aprendizagem que é ativo, cheio de dinamismo, possibilitando que a criança amplie sua cultura de mundo, fazendo com que se torne possível para ela enxergar e vivenciar acontecimentos desconhecidos sem medo dos riscos.

5.3 A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Em sequência, as professoras do Atendimento Educacional Especializado discorreram sobre o uso de atividades lúdicas no Atendimento Educacional Especializado, enquanto a importância da utilização dessas ferramentas no processo educativo e comportamento das crianças com necessidades educacionais. Nessa

perspectiva, foi levantado o seguinte questionamento “Porque você faz uso das atividades lúdicas?”. As respostas são apresentadas conforme o quadro 4, que segue:

Quadro 4- Motivo da utilização das atividades lúdicas

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“Porque influencia enormemente no desenvolvimento da criança, pois é através do jogo que a criança aprende a agir, sua aprendizagem é estimulada, ela adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração”. (P.A)</i>
<i>“Porque acredito que a ludicidade é mais atrativa, facilita a compreensão e não deixa de ser um momento em que a criança brinca aprendendo de forma prazerosa [...] algumas crianças ainda não desenvolveram a coordenação motora fina, não conseguem usar o lápis, tesoura, não consegue colorir, portanto, uma atividade lúdica vai ajudar bastante no desenvolvimento dessas habilidades e facilita bastante [...] Então, acredito na ludicidade [...]”. (P.B)</i>
<i>“Porque é através das atividades lúdicas, que as crianças têm seu primeiro processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo começando com a ludicidade como os jogos e brincadeiras”. (P.C)</i>
<i>“Utilizo porque acredito que as crianças têm uma tendência a aprender mais, a evoluir mais, a entender mais [...] dependendo das atividades quando é incorporado um tema que as crianças gostem facilitam o processo [...]”. (P.D)</i>

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

É notório perceber nas falas das professoras o quanto o lúdico é uma ferramenta indispensável para a prática educativa. Afirmaram acreditar no poder de transformação da ludicidade enquanto material potencializador no desenvolvimento das crianças. Logo, é brincando que a crianças vivencia seu aprendizado, se envolvendo em situações de diferentes níveis, ou seja, com graus fáceis e difíceis de conflitos e desafios superáveis ou não, que estabelecem momentos prazerosos no aprender brincando, tornando o desenvolvimento das habilidades pleno satisfatório. Portanto, essa prática no Atendimento Educacional Especializado facilita a busca pela autonomia da criança com deficiência em atividades mais significativas.

Todas a professoras destacaram pontos essenciais trabalhados e desenvolvidos por meio das atividades lúdicas nos alunos com deficiência, entre eles o desenvolvimento

da coordenação motora, da concentração, linguagem, autonomia, pensamento, imaginação, entre outros. Considera-se que é por meio das atividades lúdicas que de fato as crianças são capazes de reproduzir diversas situações vivenciadas por elas em seu dia a dia, as quais, através da imaginação e do faz-de-conta, são reelaboradas.

A professora P.B explicou que utiliza as atividades lúdicas por uma série de motivos, entre elas, por desenvolver habilidades que para muitos pode significar algo simples, mas que para a crianças com deficiência são habilidades que fazem toda a diferença tanto em seu processo educacional, quanto em sua autoestima. As atividades lúdicas permitem que as crianças se desenvolvam gradativamente e adquiram habilidades em todos os aspectos. Assim, a professora P.D também reforçou que quando é trabalhado uma temática que o aluno se identifica e gosta, o processo de desenvolvimento das habilidades é ainda mais facilitador. É possível perceber nas falas das professoras a motivação que as impulsionam a adotarem ações e propostas lúdicas corriqueiramente na realização dos atendimentos às crianças, pois se a ludicidade já é um instrumento potente por si só e para os sujeitos sem deficiência, imagina para as crianças com deficiência, o que torna ainda mais valioso. Os depoimentos das professoras atestam à pesquisa realizada por Pereira (2016), pois assim como os dados obtidos nesta pesquisa e no da autora, as professoras se mostraram muito abertas e crentes a respeito das potencialidades das atividades lúdicas no processo pedagógico e o quanto essas práticas são cada vez mais essenciais no decurso educacional. Desta forma, evidencia-se a necessidade de todos os professores, seja do Atendimento Educacional Especializado ou da sala comum fazer uso dos mecanismos lúdicos.

5.4 A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ATIVIDADES LÚDICAS

As professoras do Atendimento Educacional Especializado relataram como ocorrem o processo interacional das crianças atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais em relação as atividades lúdicas. Foi questionado, portanto, as seguintes questões: *“De que forma as crianças com deficiência participam das atividades lúdicas?”*

Cite exemplos que vivenciou utilizando as atividades lúdicas e os resultados obtidos. Essas perguntas foram respondidas conforme o quadro 5, que segue:

Quadro 5- Participação das crianças nas atividades lúdicas

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“Eu observo que durante as atividades lúdicas, as crianças participam e se concentram e interagem mais, porque são exercícios lúdicos que proporcionam evolução harmônica da criança [...] O lúdico também contribui para o desenvolvimento global do indivíduo, facilitando no processo de expressão e construção do pensamento. Por isso, sua importância tanto no processo de inclusão, como também na educação infantil [...] utilizo vários recursos lúdicos [...] confecciono também jogos próprios, por exemplo: criei o jogo das sílabas, em formato de picolé, por muitas crianças gostarem de picolé ou sorvete. Então, esse sorvete é joguinho das sílabas. Assim, as crianças vão se divertir usando a imaginação como se estivesse com o picolé, onde cada um escolhe seu sabor e a partir daí a gente vai jogando, brincando, trocando as sílabas e formando palavrinhas. [...] é um jogo bastante atrativo que auxilia bastante no desenvolvimento da criança”. (P.A)</i>
<i>“Algumas crianças precisam de três atendimentos ou até mais para se adaptar ao ambiente da Sala de Recursos Multifuncionais. Nos primeiros atendimentos uso realmente o ambiente, deixando a criança explorá-lo [...]. No segundo, terceiro e quarto atendimento já vou realmente aplicando o plano desenvolvido para realizar. Porque, cada aluno tem seu plano de aula, um plano individual de acordo com sua deficiência, sua necessidade, ou seja, e acordo com o que queremos realmente desenvolver [...]. A maioria das crianças dão respostas muito positivas, não tenho nenhuma criança que não corresponda [...], então elas sempre participam durante a realização das atividades. A gente tem um resultado muito bom com o alfabeto móvel, na formação do nome próprio, reconhecimento e identificação das letras, como também na formação de palavras [...] O jogo da memória é um recurso muito bom para estimular a memória, principalmente no contexto das crianças com deficiência intelectual [...]”. (P.B)</i>
<i>“Uns se interagem muito bem com os colegas outros não. Uma criança não se concentra nas atividades propostas, mas quando foi usado o lúdico ela teve uma boa interação na atividade e então, conseguimos a atenção e a concentração da mesma na realização”. (P.C)</i>
<i>“Tem dias que consigo fazer as atividades com as crianças da forma como planejo, mas tem dias que infelizmente não consigo, porque elas não estão bem ou não querem tal atividade. Porém, na maioria das vezes tudo que planejo com as crianças consigo desenvolver, mas</i>

sempre tenho um plano extra justamente para as eventualidades [...] ano passado trabalhei muito com fantoches de personagens e histórias infantis. Sempre incorporava na história esses fantoches com uma criança autista e no final do ano criamos um vínculo afetivo muito bom. A criança já estava interagindo e ela própria já montando as histórias de acordo com o que pedíamos, dentro das limitações dela é claro [...] conseguia ver avanços desde o primeiro dia com o lúdico e a brincadeira com o fantoche até o último dia de atendimento, quando já estava conseguindo fazer sozinha a contação de história do jeitinho dela". (P.D)

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

É possível notar nos depoimentos das professoras a plena participação das crianças no momento das atividades lúdicas. É claro que pode ter peculiaridades e desafios durante essas realizações, pois são crianças com diferentes tipos e graus de deficiências e dependendo da situação, essas atividades necessitam ser adequadas de acordo com as necessidades das crianças. Esses dados reforçam fortemente os dados obtidos pelas pesquisadoras Campioni e Pains (2016) e Pereira (2016), por resultar em interações positivas e ativas entre a criança com deficiência e a atividade lúdica, além da construção de socialização entre ela, o meio e os demais sujeitos a sua volta. Como mencionado nas pesquisas e percebido nas entrevistas deste trabalho, as professoras buscam integrar as crianças nas atividades e fornecer subsídios para adequação, sempre que necessário, principalmente quando o aluno não apresenta estar muito disposto a interagir ou participar das propostas lúdicas.

Assim, de acordo com a pesquisadora Pereira (2016), "as escolas buscam integrar as crianças com deficiência no momento das brincadeiras [...]". Nessa perspectiva, no espaço da Sala de Recursos Multifuncionais, o professor poderá proporcionar ao aluno experimentar várias atividades de forma lúdica e criativa e diversos equipamentos tecnológicos até encontrar o que melhor se adequa às suas especificidades. Ao perceber que um recurso se ajusta e contribui com as necessidades do aluno, deverá utilizá-lo com o educando sempre que achar conveniente e em todos os espaços da escola, se houver necessidade.

A professora P.B explicou que nos primeiros dias de atendimento deixa a criança explorar o ambiente para que os atendimentos seguintes sejam mais efetivos e a criança já esteja um pouco situada àquele espaço onde será trabalhado diversas atividades para

que ela se desenvolva em sua totalidade. Ademais, é citado que o principal objetivo do Atendimento Educacional Especializado é romper com as barreiras que deixam as crianças dependentes e promover atividades e ações que as tornem pessoas autônomas. Logo, a importância de adequar essas atividades lúdicas ao contexto da criança e deixá-las explorar o jogo, a brincadeira, os recursos, o ambiente, a imaginação, enfim, tudo que acerca durante o processo.

A pedagoga P.A discorreu em sua fala que as atividades lúdicas contribuem para diversas habilidades, desde o processo de construção do pensamento ao desenvolvimento global do educando. É notório perceber o quanto o lúdico é uma ferramenta potencializadora no processo educacional, tanto para os alunos com deficiência como também para os professores que as desenvolve e utiliza.

Ademais, são abordadas diferentes atividades lúdicas desenvolvidas pelas profissionais no quadro 5, das quais elas citam ter observado diversos avanços quando aplicadas durante e/ou depois dos atendimentos no desenvolvimento e habilidades das crianças. Foram mencionados jogos, brincadeiras, recursos e materiais utilizados como: jogo das sílabas com os picolés, contação de histórias com fantoches, jogo da memória e o alfabeto móvel. Mostrou-se, portanto, o quanto essas atividades mencionadas pelas professoras são atrativas e importantes no processo psíquico, motor e educacional dos educandos e o quanto essas atividades ajudou no desenvolvimento de alunos com deficiência e também de alunos com transtorno do espectro autista, como relatou a professora P.D sobre quanto o brinquedo fantoche ajudou e possibilitou o progresso educacional e comportamental da criança com transtorno do espectro autista. Dessa forma, como defendeu Vygotsky (1998), o brincar, como meio lúdico, pode ajudar a criança com necessidades educacionais a se desenvolver, a se comunicar com os que a cercam e consigo mesma. Nesse sentido, o lúdico é visto como uma prática transformadora.

5.5 A RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E OS PROFESSORES DA SALA COMUM

As professoras do Atendimento Educacional Especializado explicaram como é a relação entre elas e os professores das salas comuns. Para verificar como ocorre essa relação foi perguntado: *“Como é a relação entre você, professor do Atendimento Educacional Especializado com os professores das salas de aulas comum para o desenvolvimento das atividades lúdicas?”*. As respostas são apresentadas no quadro 6:

Quadro 6- Relação com os professores das salas comuns

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“Minha relação entre a professora da sala regular é bastante pertinente, porque é através dessa parceria que a gente vai procurar desenvolver atividades através das habilidades que as crianças estejam precisando desenvolver [...] juntas a gente vai criar meios e elaborar atividades através do lúdico para que a criança comece a desenvolver bem a coordenação motora, por exemplo”. (P.A)</i>
<i>““Quando iniciamos o ano letivo reunimos as professoras para dizer quais as atribuições do professor da Sala de Recursos Multifuncionais e nos colocamos a disposição para a orientação quanto as atividades que devem ser adaptadas, quando necessário [...] temos sempre uma boa sintonia e com bastante troca de ideias. Também damos muito apoio as cuidadoras, porque elas também se preocupam com o desenvolvimento das crianças [...] sempre quando é possível fazemos uma roda de conversa e trocamos ideias, compartilhamos dificuldades e avanços. Mas a comunicação é diária, trabalhamos em equipe, é um trabalho em conjunto buscando sempre o melhor para as crianças que é seu desenvolvimento[...].” (P.B)</i>
<i>“Ainda não sei dizer de forma clara, no momento estou conhecendo os alunos no atendimento, depois farei um pequeno parecer dos referidos para os professores da sala regular, onde estará informando o nível de leitura e escrita das crianças para que possam realizar atividades de acordo com suas especificidades”. (P.C)</i>
<i>“O professor de Sala de Recursos Multifuncionais trabalha diretamente com os professores da sala regular. Geralmente os materiais que têm na Sala de Recursos Multifuncionais sempre oferecemos para usar com os alunos com deficiência. Vai depender como o professor planejou [...] Portanto, é sempre uma relação muito boa, principalmente quando estimulamos aquela professora a utilizar o lúdico, seja um jogo, material, fantoche, alguma coisa da Sala de Recursos Multifuncionais”. (P.D)</i>

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

A relação entre a maioria das professoras do Atendimento Educacional Especializado e os professores das salas comuns parece ser bastante harmoniosa e construtiva. Nas falas de algumas das profissionais é destacado a parceria, o diálogo e a assistência entre ambas. Reconhecem a importância dessas relações para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência e como essa colaboração tem contribuído na formação dessas crianças. Para Mendes (2006), a proposta de ensino colaborativo implica redefinir o papel dos professores tanto da educação especial quanto do ensino comum, para que ambos possam desenvolver um trabalho colaborativo. Logo, o serviço não ocorre de forma independente ou distintas, mas de maneira conjunta.

Nas falas das professoras sobre as relações entre elas e as professoras da sala comum é possível identificar o quanto esse trabalho colaborativo é fundamental na resolução de desafios que o aluno possa apresentar, principalmente no espaço da sala de aula comum, do qual se não houver essa comunicação entre as docentes pode se tornar algo desconhecido da professora do Atendimento Educacional Especializado e continuar impactando de forma negativa no rendimento educacional da criança em sala de aula.

A professora P.C não conseguiu formular a resposta de forma objetiva sobre a sua relação com os professores das salas regulares, porque ainda está iniciando os atendimentos com as crianças. Ela ainda não se sente segura quanto a sua atuação na Sala de Recursos Multifuncionais e afirmou estar ainda em processo de adaptação, pois é uma prática nova para ela, mas que em breve irá conseguir se adequar a essa nova demanda pedagógica e que com certeza irá fazer tudo o que for preciso para ter uma boa relação no processo de atividades lúdicas e outros aspectos das crianças com deficiência. Acrescentou ainda que as professoras e toda escola lhe auxilia muito em muitas questões quando necessita, seja no apoio, esclarecimentos de dúvidas ou suporte. Ela pareceu um pouco confusa em sua resposta e sem muita clareza.

No entanto, a pedagoga P.B discutiu muito bem como se dá essas relações, portanto, observa-se que na escola da professora P.B há uma conversa inicial de orientação aos professores das salas comuns dando suporte para eles, para que todos compreendam a necessidade da comunicação e interação entre os dois profissionais e

reconheçam que cada um tem sua importância e contribuição no desenvolvimento educacional e social dos educandos com deficiência.

Desse modo, como apresentado na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 em seu art.13, inciso VIII, o professor do Atendimento Educacional Especializado necessita “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares” (BRASIL, 2009, p.3). Nesse sentido, é importante buscar estabelecer uma relação de parceria e colaboração entre os níveis educacionais e a modalidade de Educação Especial, na qual uma categoria depende da outra para a realização do trabalho pedagógico.

Por conseguinte, o termo colaboração concerne em forma de trabalho em conjunto para resolver dificuldades reais, elaborar planejamentos, desenvolver mudanças, solucionar problemas, formando uma organização em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme as singularidades e necessidades de aprendizagem do estudante. Damiani (2008, p. 218) defendeu que “[...] pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer sua maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica”. Assim, as atividades lúdicas desenvolvidas em conjuntura com o professor do Atendimento Educacional Especializado e o professor da sala comum tem como foco pensar e desenvolver estratégias que impulsionem e desenvolva o alunado em todos os aspectos. Assim, de acordo com os depoimentos, a relação das professoras do Atendimento Educacional Especializado e a da sala comum mostrou-se ser equilibrada, comunicativa e respeitosa, entendendo que só havendo essa união que é possível obter resultados significativos a atender ao aluno com deficiência.

5.6 ATIVIDADES LÚDICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

É citado pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado os benefícios da ludicidade para as crianças com deficiência. Desse modo, foi perguntado:

“Há benefícios das atividades lúdicas para as crianças com deficiência? Se sim, quais?”.

As respostas são apresentadas no quadro 7:

Quadro 7- Benefícios das atividades lúdicas

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“Sim, com certeza [...] é fundamental para estimular a entrada da criança no espaço imaginário, além é claro, de permitir que a gente o conduza a viver diversas experiências [...]. Na medida que estamos ali interagindo com eles e entrando em seu mundo imaginário, estamos incentivando e fazendo com que eles tomem gosto de aprender brincando”. (P.A)</i>
<i>“Sim, com certeza, há benéficos sim, como já citei os benefícios são muitos, porque desenvolve a memória, a escrita, a leitura, a oralidade, a pronúncia. Trabalhamos também com paradidático, leituras e interpretação de texto oral e escrita, mas sempre pensando no objetivo principal que é eliminar as barreiras que deixa as crianças limitadas [...]. Portanto, os benefícios das atividades lúdicas são muitos, a ludicidade é primordial na Sala de Recursos Multifuncionais”. (P.B)</i>
<i>“Sim. Os benefícios são trabalhar o cognitivo, a coordenação, o social e o físico, pois é através do lúdico que a criança adquire mais conhecimentos e autonomia”. (P.C)</i>
<i>“Sim, existe muitos benefícios. Utilizamos a ludicidade na Sala de Recursos Multifuncionais, porque é mais fácil estimular o desenvolvimento das habilidades de determinadas crianças com determinadas deficiências através das atividades que queremos que ela desenvolva [...]. Por isso, tem sim muitos benefícios, pois ajuda a desenvolver oralidade, motricidade, psicomotricidade, a interação com outras crianças e claro a parte pedagógica que não pode ser deixada de lado”. (P.D)</i>

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos

As professoras afirmaram haver diversos benefícios com a utilização do lúdico para o desenvolvimento social, físico, mental e educacional das crianças com deficiência atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais e exemplificam detalhadamente suas potencialidades. Segundo Kishimoto (2010, p. 1), “ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens”. Nesse sentido, as atividades lúdicas promovem momentos de exploração, de descobertas de si e do meio

que está inserido. Portanto, o brincar não se configura simplesmente em uma ação de distração, lazer ou hobby, mas muito além disso, são práticas que constitui o sujeito e os prepara para vida social, pois é no brincar que a criança desenvolve habilidades naturalmente de forma autônoma e começa a se socializar com outras crianças.

Outrossim, é mencionado pelas pedagogas uma série de adjetivos a respeito das atividades lúdicas; entre os objetivos citados foi abordado o termo “facilidade” e “estímulo”. Durante as entrevistas as professoras utilizaram essas palavras muitas vezes em suas falas, atribuindo os benefícios do lúdico por ser de fácil compreensão e estimulador na prática pedagógica com os alunos com deficiência, pois são, na maioria dos casos, atividades visíveis e palpáveis, em que eles conseguem relacionar e compreender melhor aquela proposta, aquele conteúdo e/ou desenvolver determinada habilidade, que muitas vezes apenas no falar ou ouvir não é compreendido.

Portanto, são as atividades lúdicas que oferecem esses subsídios facilitadores e ampliam as possibilidades do ensinar e aprender. Sendo assim, o lúdico não pode ser apenas um recurso a ser citado como algo benéfico nos atendimentos da Sala de Recursos Multifuncionais, mas além disso, necessita ser cada vez mais inserido nas práticas educativas para que essas práticas sejam cada vez mais fortalecidas, e compreendidas que não se resume apenas em um momento recreativo, mas de constantes aprendizagens.

5.7 LUDICIDADE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As professoras do Atendimento Educacional Especializado discutiram a relação do lúdico e a educação inclusiva. Foram perguntadas as seguintes questões: *“Para você, a ludicidade se relaciona com a educação inclusiva? Se sim, por quê?”* e *“Quais são os objetivos da atividade lúdica para a educação inclusiva?”*. Essas questões foram devidamente respondidas conforme o quadro 8, a seguir:

Quadro 8- Atividades lúdicas e a educação inclusiva

DEPOIMENTOS DAS PROFESSORAS DA PESQUISA
<i>“O professor da educação inclusiva ele deve introduzir o trabalho voltado para o brincar, visando atender todas as necessidades de acordo com a faixa etária, tendo em vista o leque de possibilidades que o lúdico representa [...] portanto, com certeza a ludicidade ela está interligada à educação inclusiva sim, mas que isso, é necessário [...] elas têm como objetivo ensinar e divertir o desenvolvimento da prática e no caso das crianças com deficiência, tais atividades também tem o papel importante de auxiliar no desenvolvimento da criança [...]”.</i> (P.A)
<i>“Claro que sim, perfeitamente, a Sala de Recursos Multifuncionais é uma sala que trabalha diariamente a ludicidade [...]. Ela se relaciona diretamente com a educação inclusiva por promover interações sociais entre as crianças, o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento da linguagem, habilidades físicas e sociais, além de se sentirem pertencente naquele espaço, como sujeitos de direitos e com as mesmas potencialidades [...]. Acredito que as atividades lúdicas facilitam o desenvolvimento, a compreensão. São recursos que ajudam bastante, além de ser atrativo para as crianças [...]. O objetivo principal é esse, chamar a atenção da criança e facilitar sua aprendizagem de forma atrativa e divertida [...]”.</i> (P.B)
<i>“Sim, pois o lúdico tem o “poder” de desenvolver melhor as habilidades das crianças, inserindo-as de forma interativa, dinâmica e autônoma no espaço educacional e possibilitando que elas tenham plena participação em todo processo pedagógico e social. O método lúdico tem o objetivo de promover a inclusão e o ensino-aprendizagem dos alunos seja no Atendimento Educacional Especializado ou na sala comum”.</i> (P.C)
<i>“Sim [...] porque através da ludicidade se consegue muitas habilidades, ou seja, que elas sejam alcançadas [...]. Então, tem sim uma relação muito positiva e proveitosa, mas dependendo se o professor não souber usar a ludicidade em Sala de Recursos Multifuncionais ou em sala de aula não vai passar de uma mera brincadeira, assim precisa ter um objetivo educativo. Os objetivos é fazer com que aquele aluno desenvolva as suas habilidades oral, coordenação motora e pedagógica[...]”.</i> (P.D)

Fonte: Dados colhidos através de entrevistas aos sujeitos.

As professoras afirmaram haver uma relação direta do lúdico com a educação inclusiva, pela ludicidade ser uma ferramenta promovedora de possibilidades e estímulos. Assim, educação e o lúdico se configura por promover interações sociais entre a criança

com deficiência e os demais colegas não apenas na Sala de Recursos Multifuncionais, mas em todo espaço escolar. É indiscutível que educar mediante brincadeiras lúdicas permite que a criança desenvolva várias funções cognitivas e sociais. Por isso, a importância do lúdico nos Atendimento Educacionais Especializados, pois é através da brincadeira que a criança se desenvolve de forma saudável, principalmente com a orientação pedagógica de um profissional competente.

Por meio das atividades lúdicas o acesso ao conhecimento se torna mais simples e animador, pois as crianças com deficiência aprendem de forma prazerosa e com materiais adequados, assim todos aprendem os mesmos conteúdos, só que de maneiras diferentes, fator esse que não implica em nada na aquisição do conhecimento, uma vez que todos aprendem dentro de suas possibilidades sem exclusão.

As professoras P.A e P.B ressaltaram que os objetivos da atividade lúdica para a educação inclusiva é aprender se divertindo, ou seja, um aprendizado atrativo, dinâmico, sem barreiras, que desafie e torne o aluno sujeito autônomo. Partindo dessa lógica, a ludicidade tem inúmeros objetivos para a educação inclusiva, uma vez que ao brincar a criança tem a oportunidade de desenvolver espontaneamente as suas potencialidades, além de aprender a lidar com seus conflitos e anseios e desenvolver aspectos relacionados à sensibilidade e à sociabilidade. Além de oferecer prazer e diversão, o brinquedo, a brincadeira e o jogo podem significar um desafio, estimulando o pensamento reflexivo da criança. O brincar é algo natural em qualquer fase da vida humana, principalmente durante a infância, onde diversos sentidos e habilidades são explorados. É brincando que as crianças aprendem a fazer relações entre a realidade vivenciada com o mundo imaginário, constrói relações interpessoais e se prepara para a vida. Conforme estudos feitos por Vygotsky e Piaget, o brincar possui grande importância e contribui ao desenvolvimento socialmente, afetivamente e cognitivamente dos indivíduos. Portanto, uma atitude lúdica proporciona aos alunos experiências concretas, indispensáveis às abstrações e operações cognitivas. Pensando nessa lógica, Vygotsky (1994) defendeu a brincadeira como uma prática séria e que necessita ser refletida em sua plenitude, pois como ressalta o próprio autor:

[...] na brincadeira não há trapaça, há sinceridade engajamento voluntário e doação. Brincando nos reequilibramos, reciclamos nossas emoções e nossa

necessidade de conhecer e reinventar. E tudo isso desenvolvendo atenção, concentração e muitas habilidades. É brincando que a criança mergulha na vida, sentindo-a na dimensão de possibilidades. No espaço criado pelo brincar nessa aparente fantasia, acontece a expressão de uma realidade interior que pode estar bloqueada pela necessidade de ajustamento às expectativas sociais e familiares (VYGOTSKY, 1994, p. 67).

O brincar leva a criança a mergulhar no espaço imaginário, faz com que a fantasia conduza a coordenação motora e compensa outros sistemas sensoriais. Desse modo, a professora P.D diz que através da ludicidade é possível desenvolver diversas outras habilidades na criança. E acrescenta ainda que é preciso que o professor saiba fazer uso das atividades lúdicas no processo inclusivo e pedagógico para que essa ação não se torne apenas um simples passatempo ou apenas um momento de descontração. Sendo assim, destaca-se a importância de o professor ter sempre uma intencionalidade ao realizar qualquer tipo de atividade lúdica, para que a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades aconteçam de forma divertida e prazerosa, mas sempre intencional. Como foi defendido por Vigotsky, a brincadeira é um ato sério que envolve sentido, ação, emoção, equilíbrio, atenção, engajamento e diversas outras habilidades, portanto deve-se promover um espaço educativo cada vez mais inclusivo para esses educandos com deficiência.

A pesquisa mostrou que as professoras do Atendimento Educacional Especializado têm noção da importância da ludicidade para a educação das crianças com deficiência, por possibilitar imensas contribuições ao desenvolvimento de muitas habilidades, fortalecer o vínculo afetivo, o respeito de regras e incorporar valores acerca da acessibilidade no espaço pedagógico, naturalizando a inclusão na rotina diária da escola.

Dessa maneira, reconhecer o lúdico como uma ferramenta potencial na Educação Especial em uma perspectiva inclusiva é fundamental, principalmente para os educandos com deficiência, atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, em detrimento de permitir maior aproveitamento de conteúdos e habilidades a partir de objetos, jogos, músicas, recursos tecnológicos ou quaisquer outras atividades lúdicas que facilite sua compreensão e os integrem literalmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado. Assim, fundamentou-se na pesquisa de abordagem qualitativa com nuance descritiva, tendo como instrumento norteador o uso de entrevista semiestruturada, que resultou em importantes contribuições e reflexões sobre as ferramentas lúdicas na prática docente, e o quanto ela se configura em ações fundamentais e indispensáveis ao professor Atendimento Educacional Especializado e ao aluno com deficiência, por oferecer subsídios facilitadores e atrativos no processo de ensinar e aprender.

Ademais, o estudo demonstrou que mais do que apenas reconhecer a importância das atividades lúdicas no Atendimento Educacional Especializado, é torná-las práticas concretas e contínuas, sendo desenvolvidas e adequadas a atender as necessidades do aluno. Nesse sentido, as atividades lúdicas necessitam sempre ter um objetivo, um foco, um desejo de alcançar, de despertar ou desenvolver algo no educando, principalmente no contexto da Educação Especial, em que os alunos têm necessidades de desenvolver determinadas habilidades, sejam elas física, motora, cognitiva, social, visual ou na linguagem.

Outrossim, se faz necessário pensar essas práticas em um viés colaborativo, onde se tem uma parceria entre o professor do Atendimento Educacional Especializado e os professores da sala comum para o melhor desenvolvimento de atividades lúdicas. Nessa perspectiva, a pesquisa constatou que as professoras possuem uma boa relação com as professoras das salas comuns e que sempre que possível se reúnem para discutir, compartilhar e planejar propostas de atividades lúdicas que melhor se adequem a cada educando. Portanto, destaca-se a importância da parceria e do diálogo entre esses profissionais na busca de atingir objetivos comuns, dividindo ideias e compartilhando experiências para a construção de práticas cada vez mais inclusivas.

Nessa perspectiva, a pesquisa constatou que a maioria das professoras possuem uma boa relação com as professoras das salas comuns e que sempre que possível se reúnem para discutir, compartilhar e planejar propostas de atividades lúdicas que melhor

se adequem a cada educando. Portanto, destaca-se a importância da parceria e do diálogo entre esses profissionais na busca de atingir objetivos comuns, dividindo ideias e compartilhando experiências para a construção de práticas cada vez mais inclusivas. O trabalho me possibilitou ainda questionar onde estão as crianças com altas habilidades/superdotação da cidade de Pedras de Fogo, pois em nenhum momento da pesquisa esses sujeitos foram citados pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado. Portanto, em nenhuma das instituições havia crianças atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais.

Desse modo, o estudo me possibilitou inúmeras reflexões enquanto docente a respeito das práticas lúdicas, e o quanto a inclusão e a ludicidade estão entrelaçadas, pois por meio delas a criança com deficiência estabelece relações com os outros a sua volta, com o meio em que está inserida, aprende a enxergar suas potencialidades, desenvolve autonomia e autoconfiança de si mesma.

O lúdico está presente em todas as fases da vida humana, em muitos casos é por meio dela que nos relacionamos com as pessoas, interagimos com o mundo e adquirimos conhecimentos de forma prazerosa. O mesmo acontece de forma ainda mais peculiar com as crianças, por essas atividades lúdicas já estarem atreladas às próprias brincadeiras realizadas por elas, seja nas singelas brincadeiras do faz de conta ou da imaginação. Não importa a ocasião, o lúdico sempre vai promover momentos interativos e de aprendizagens, nos inserido nos espaços. Assim, desde muito cedo, o jogo e a brincadeira se fazem presentes na vida da criança, e quando bem trabalhados e incentivados torna-se uma prática dinâmica, agradável, motivadora e enriquecedora de habilidades e aprendizagens. Portanto, todas as crianças precisam de atividades lúdicas que a estimulem em seu desenvolvimento, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais.

Embora o professor do Atendimento Educacional Especializado tenha consciência de sua função enquanto docente e da importância das práticas lúdicas no atendimento das crianças com deficiência, é necessário buscar sempre conhecer melhor as especificidades de cada aluno, a atividade que melhor se adeque a sua necessidade, além de buscar atualizar-se em suas práticas pedagógicas para um ensino inclusivo, significativo e integral desses educandos.

É necessário, portanto, repensar as práticas docentes para que o lúdico seja reconhecido em todo espaço escolar como ferramenta pedagógica essencial e insubstituível nas demandas educacionais, não no sentido restrito a recreação ou um mero passatempo, mas como recurso promovedor e fortalecedor do processo inclusivo, despertando e facilitando o desenvolvimento integral dos estudantes, sobretudo os estudantes com deficiência e de forma mais ampla, os estudantes público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação Lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

ALMEIDA, G. C. F. Experiência e prática docente: diálogos pertinentes. Revista Digital. Buenos Aires, 15 de Nov. 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd150/experiencia-e-pratica-docente-dialogos-pertinentes.htm>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

ALVES, M. D; GUARESCHI, T. Compreendendo o Atendimento Educacional Especializado (AAE). In: SILUK, A. C. P. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 2011. Módulo II. p. 31-60.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgado em 5 de Outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações-SEGRAF, 2015.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente no Brasil, **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 Dez. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 2 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 Out. 2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 Dez. 2021.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Educação Especial- Cadernos de Estudo**. Secretaria de Educação Especial- SEESP, Rio de Janeiro: Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acessado em: 15 Fev. 2022.

BRASIL. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

CAMPIONI, E.; PAINI, L. **A contribuição da ludicidade na educação Inclusiva**. Caderno PDE: Paraná, 2016.

COSTA, D. A. F. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n. 72, 2006.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.

DICHER, M; TREVISAM, E. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: Inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. São Paulo, 2014.

FERNANDES, V. L. **O desenvolvimento da criança na educação infantil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.objetivo.br/conteudo.asp?ref=cont&id=852>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

FERREIRA, L. Educação, inclusão e ludicidade: uma análise histórica e filosófica. **Enciclopédia Biosfera**. v. 03, n. 4, 28 Dez. 2007. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/5247>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, M. C. A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação e Sociedade**. Campinas, Unicamp, 2008.

JESUS, M. S. A Sala de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado. **Petpedagogia UFBA**, 28 mai. de 2015. Disponível em: <http://www.petpedagogia.ufba.br/sala-de-recursos-multifuncionais-e-o-atendimento-educacional-especializado>. Acesso em: 14 jan. 2022.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. In: Seminário Nacional Curricular em Movimento: Perspectivas atuais. 1. 2010. **Anais**. Belo Horizonte, 2010, p. 01 a 20.

LANDAU, E. **A coragem de ser superdotado**. Trad. de Sandra Miessa; São Paulo: Arte &Ciência, 2002.

LIMA, C. L. *et al.* **Ludicidade e inclusão**: estabelecendo estratégias educacionais. EDUCERE, Congresso Nacional de Educação, 2015.

MENDES, E. G. A Radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-559, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MENDES, E. G.; MANZINI, E.J. (Org). **Inclusão e acessibilidade**. Marília, SP: ABPEE, 2006.p.29-41.

NEGREIROS, D. A. **Acessibilidade Cultural**: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

NERY, E. S. S; SÁ, A. V. M. A deficiência visual em foco: estratégias lúdicas na Educação Matemática Inclusiva. **Revista Educação Especial**. Brasília, 2019.

NOVO, B. N.; MOTA, A. R. P. O direito à Educação na Constituição de 1988. **JUS.com.br**, 25 Set. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75568/o-direito-a-educacao-na-constituicao-de-1988>. Acesso em: 03 Mar.2022.

OLIVEIRA, P. S. **O que é Brinquedo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

PEREIRA, V. A. **O brincar como prática inclusiva da criança com deficiência no contexto escolar**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, (Bacharel em Psicopedagogia) - Curso de Psicopedagogia- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIAGET, J. **A psicologia da inteligência**. Editora Fundo de Cultura S/A. Lisboa, 1997.

Resolução CNE/CEB nº5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Ed. Infantil.

SANTOS, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. **Revista Integração**, São Paulo, v. 10, n. 22, p. 34-40, 2000.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILUK, A. C. P.; PAVÃO, S. M. O. **A política e a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais: os materiais e as ações do atendimento educacional especializado**. Santa Maria: (UFSM), PRE; Ed. pE.com, p. 13-21, 2015.

SILVA, M. O. E. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13 n. 13, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/562>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

SOARES, E. M. **A Ludicidade no Processo de Inclusão de Alunos Especiais no Ambiente Educacional**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, (Graduada em Educada) – Curso de Pedagogia- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.

SOUZA, M. F.; DAMÁZIO, M. F. M. Professor do Atendimento Educacional Especializado na escola comum e as práticas metodológicas inclusivas. **Rev. On-line de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v. 23, n. esp. 1, p. 897-913, out. 2019.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TRINCA, J. R.; VIANNA, P. B. M. O Lúdico como Estratégia de Inclusão. **Revista de Pós-Graduação: Desafios Contemporâneos**, Cachoerinha, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 161-173, 2014. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revposgraduacao/article/view/616>. Acesso em: 22 Jan. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YOSHIDA, S. Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública. **Nova escola**. Instituto Unibanco. Infográfico. MEC. Censo Escolar. 29 Mar. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com->

deficiencia-na-escola-publica. Acesso em: 22 Nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre Ludicidade e Inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental e está sendo desenvolvida pela pesquisadora, professora e orientadora Dr.^a Munique Massaro e pela aluna Tereza Cristina Ferreira de Lima do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

Esse estudo tem como objetivo primário: Compreender quais as contribuições do Lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB.

Objetivos secundários: 1 Identificar como a ludicidade pode atuar como facilitadora no processo da educação inclusiva de crianças com deficiência; 2 Analisar como as atividades lúdicas são desenvolvidas com os alunos com deficiência na percepção dos professores do Atendimento Educacional Especializado; 3 Descrever o trabalho desenvolvido com os professores das salas comuns em relação às atividades lúdicas como proposta de inclusão e mediação atenuadora aos alunos com deficiência a partir da percepção dos professores do Atendimento Educacional Especializado.

Solicitamos a sua colaboração para participar da entrevista, respondendo alguns questionamentos, como também sua autorização para gravar a entrevista em áudio e para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, mas pode causar desconforto ou incômodo ao responder alguma pergunta.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Vale ressaltar que esse estudo busca propiciar possíveis reflexões e discussões aos professores e a toda sociedade acerca da temática, compreendendo a importância do lúdico no processo inclusivo e na aquisição da aprendizagem dos alunos com deficiência e suas famílias. Além de promover uma ação docente mais reflexiva e flexível com dinâmicas potencializadoras e inclusivas, para o rompimento do ensino tradicional e reconhecendo assim, as atividades lúdicas como instrumento facilitadores e promovedores da inclusão social e do desenvolvimento pedagógico desses discentes no espaço escolar.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Munique Massaro. Endereço (Setor de Trabalho): Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa - PB, CEP 58051-085. Centro de Educação. Departamento de Habilitações Pedagógicas.

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do aluno participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE B
ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

IDADE:

SEXO:

FORMAÇÃO:

ESPECIALIZAÇÕES:

TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO:

TEMPO QUE LECIONA:

QUESTÕES:

1. Quais as crianças que são atendidas no Atendimento Educacional Especializado?
2. Há atividades lúdicas que são desenvolvidas com as crianças atendidas? Se sim, como essas atividades lúdicas são desenvolvidas?
3. Em quais espaços essas atividades lúdicas acontecem?
4. Por que você faz uso de atividades lúdicas?
5. Como você observa que as crianças com deficiência participam dessas atividades? (Explique como se comportam durante essas atividades).
6. Você poderia citar um exemplo que vivenciou utilizando as atividades lúdicas e os resultados obtidos com as crianças com deficiência?
7. Como é a relação entre você, professor/a do Atendimento Educacional Especializado com os/as professores/as das salas comum para o desenvolvimento das atividades lúdicas?
8. No seu entender, há benefícios das atividades lúdicas para as crianças com deficiência? Se sim, quais benefícios?
9. Para você, a ludicidade se relaciona com a Educação Inclusiva? Se sim, porquê?
10. Na sua opinião, quais são os objetivos da atividade lúdica para a Educação Inclusiva?

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.308.082

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ludicidade e Inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental

Pesquisador: MUNIQUE MASSARO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55767321.4.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Universidade Federal da Paraíba

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.308.082

Apresentação do Projeto:

Este trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia tem por objetivo compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB. A inclusão educacional das pessoas com deficiência foi um longo processo até sua efetivação, assim,

diversos documentos foram criados para garantir e afirmar tais direitos. Nesse sentido, além do direito ao ensino nas escolas comum, as crianças com deficiência, tem direito ao apoio das Salas de Recursos Multifuncionais juntamente com professores Especializados para dá suporte no processo de ensino e aprendizagem. Neste espaço os professores do Atendimento Educacional Especializado trabalham com jogos e brincadeiras

educativas, além de estratégias pedagógicas que se adequem as especificidades de cada aluno para seu desenvolvimento pedagógico. Desse modo, é perceptível a importância do lúdico para a promoção de uma educação inclusiva, tendo em vista que as atividades lúdicas possibilita maior dinamicidade e facilidade para os alunos, principalmente no contexto da Educação Especial, visto que auxilia na aquisição do conhecimento, além de proporcionar autonomia, processo de construção, motivação e maior interação entre os alunos. Portanto, esse trabalho discuti está importante e necessária ferramenta que é o lúdico para o processo de inclusão dos alunos com

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB ç 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

deficiência.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender quais as contribuições do lúdico no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental na visão do professor do Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais de Pedras de Fogo/PB.

Objetivo Secundário:

- Identificar como a ludicidade pode atuar como facilitadora no processo da educação inclusiva de crianças com deficiência.
- Analisar como as atividades lúdicas são desenvolvidas com os alunos com deficiência na percepção dos professores do Atendimento Educacional Especializado.

Descrever o trabalho desenvolvido com os professores das salas comuns em relação às atividades lúdicas como proposta de inclusão e mediação atenuadora aos alunos com deficiência a partir da percepção dos professores do Atendimento Educacional especializado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- Os professores se negarem a responder alguma pergunta;
- As respostas não serem claras e objetivas;
- Ocorrer algum problema com as gravações durante a entrevista;
- Não conseguir gravar as entrevistas;
- Algum professor não permitir a gravação da entrevista;
- Os professores ou alguns professores se recusarem a participar da pesquisa.

Benefícios:

Propiciar reflexões e discussões construtivas a cerca da temática aos professores e a sociedade, compreendendo a importância do processo inclusivo para os alunos com deficiência e suas famílias e o quanto as atividades lúdicas possibilita essa ação no espaço pedagógico. Dessa maneira, a presente pesquisa poderá contribuir para possíveis discussões acerca do lúdico na educação inclusiva no espaço escolar com o intuito de promover uma ação docente mais reflexiva e flexível, além da promoção de uma dinâmica potencializada e inclusiva. Pretende-se colaborar para a criação de um nível de ruptura do ensino tradicional e para que a ludicidade seja reconhecida como ferramenta promotora da inclusão social e facilitadora no processo de aquisição de conhecimento de crianças público-alvo da Educação Especial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa atende as normativas éticas.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.308.082

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

Vide campo Conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	22/03/2022 13:26:30	Danielle Viana Lugo Pereira	Aceito
Cronograma	cronogramaatual.pdf	22/03/2022 13:25:50	Danielle Viana Lugo Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatual.pdf	22/03/2022 13:25:30	Danielle Viana Lugo Pereira	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1853231.pdf	10/02/2022 16:28:54		Aceito
Folha de Rosto	Folhaa_dee_Rosto.pdf	10/02/2022 16:27:33	TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_TCC.doc	16/12/2021 18:13:01	TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DA_ENTREVISTA.docx	16/12/2021 17:35:52	TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	16/12/2021 17:33:49	TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	16/12/2021 17:25:33	TEREZA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Março de 2022

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br